



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

Mestrado em Finanças

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

**“A GESTÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO VENCIDA, UM
NOVO PARADIGMA NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS “**

DIOGO PERALTA DE ALMEIDA CARVALHO

**ORIENTAÇÃO: PROFESSORA DRA. MARIA DE NAZARÉ RALA
ESPARTEIRO BARROSO**

OUTUBRO 2014

Agradecimentos

Começo com um especial agradecimento à minha orientadora, a Professora Dra. Maria de Nazaré Barroso, que mostrou uma enorme disponibilidade e interesse imediato para abraçar este projeto, sugerindo as principais linhas de abordagem e pontos-chave do tema por mim escolhido, partilhando sempre o seu conhecimento e experiência na área económica e financeira.

O meu segundo agradecimento segue para a minha família que são os principais responsáveis pela pessoa que sou hoje, ensinando-me ao longo da vida os valores e os princípios que são fulcrais quando se estabelece um objetivo e se pretende alcançá-lo com sucesso. Sou grato pela paciência e pelos conselhos que me deram, que foram fundamentais para o elevado nível de motivação que mantive ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Um obrigado especial à diretora do meu primeiro emprego, a Dra. Leonor Marinho, por sempre me ter apoiado e ajudado com exemplos práticos da atividade bancária e por me ter permitido compatibilizar o meu horário de trabalho com a frequência das aulas e dos exames do Mestrado.

Por fim agradeço à minha namorada, a Rita Gouveia, por todo o apoio, carinho, paciência e compreensão demonstrados em todos os meus momentos de maior ausência, que foram necessários para o alcance deste objetivo.

Obrigado a todos os meus professores que partilharam comigo o seu vasto conhecimento ao longo destes últimos anos, tornando-me capaz de realizar este projeto.

Bem hajam!

Sumário

Resumo.....	3
Abstract	5
Lista de Abreviaturas e Acrónimos.....	6
Capítulo 1 – Introdução.....	7
Capítulo 2 - Revisão de Literatura	9
2.1 Importância crescente de uma boa gestão do incumprimento.....	9
2.2 <i>Non-performing Loans (NPLs)</i> e o Rácio de crédito em risco - um novo conceito imposto pelo Banco de Portugal	17
2.3 O conceito de Imparidade, a sua importância e o seu consequente impacto na conta de Resultados das IF.....	19
2.4 A Reestruturação de crédito como resposta ao aumento do crédito vencido.....	22
2.5 LGD - <i>Loss Given Default</i> e a sua estreita ligação com Basileia II.....	24
Capítulo 3 – Metodologia, Dados e Análise de Resultados.....	29
Capítulo 4 - Conclusões, Contributos, Limitações e Investigação Futura	41
Bibliografia	44
Anexo I.....	46

Resumo

Perante a atual conjuntura económica, num contexto de austeridade e de ausência de crescimento económico, com a desaceleração do negócio bancário e das respetivas margens de intermediação e com os montantes de crédito vencido constantemente a aumentarem, torna-se fulcral o foco total das instituições financeiras no seguimento do risco de crédito, na antecipação dos problemas e na correta gestão da carteira viva e vencida.

Recuperar é agora a palavra de ordem que veio atenuar a tão conhecida orientação para os resultados: “vender, vender, vender”.

Nesta nova lógica da recuperação surge então a reestruturação de crédito, que é hoje uma área existente em todas as instituições financeiras e que se dedica à análise financeira e de risco dos seus clientes, visando essencialmente a renegociação das condições previamente contratadas entre o credor e o mutuário.

Assim, nos casos de clientes com falta de liquidez, mas ainda com alguma solvabilidade, é encontrada a solução mais rentável quer para a instituição financeira, quer para o cliente, adequando o encargo financeiro ao *cash-flow* existente nesse momento temporal, minimizando as potenciais perdas e custos associados a qualquer processo de contencioso (com mais de 90 dias de incumprimento).

Com este projeto pretende-se demonstrar a importância crescente da gestão de risco de crédito nas instituições financeiras associada à existência de um novo paradigma na Banca - a gestão da carteira de crédito vencida - identificando oportunidades e constrangimentos que se colocam no âmbito da gestão do risco de crédito, no sentido de serem deduzidas as linhas de ação (ou soluções) que permitirão contribuir para mitigar ou reduzir esse risco.

Palavras-chave: Risco de crédito, Gestão do risco, Incumprimento bancário, *Non-performing Loans*, *Default*, Crédito em risco, Imparidade, Reestruturação de crédito, Basileia II, *Loss given default*, Exposição ao risco.

Abstract

Given the current economic environment, in a context of austerity and lack of economic growth, with the downturn of the banking business and its margins of intermediation and with the amounts in arrears constantly increasing, it becomes crucial for the financial institutions to focus in monitoring the credit risk, anticipating problems and managing their whole portfolio (good and non-performing loans). Recovery is now the slogan that emerges to replace the so well known result-oriented order: "to sell".

With this new logic of recovery, arises the credit restructuring matter, which is today an existing role in all financial institutions engaged in financial and risk analysis of its clients, targeting mainly the renegotiation of the conditions previously agreed between the lender and the borrower.

In this sense, an effort is made to find the most profitable solution for those cases with lack of liquidity but still under solvency.

The main concern is always to find the best solution for the financial institution and for the client, matching the financial burden with the existing cash flow in that moment in time, reducing potential losses and costs associated with any litigation process (more than ninety days of default).

This project demonstrates the increasing importance of the credit risk management in the financial institutions and the emergence of a new paradigm in the Banking sector - the management of the non-performing loans portfolio. It identifies opportunities and constraints faced by the financial institutions, regarding the risk management, explaining potential solutions that will contribute to mitigate that risk.

Keywords: Credit risk, Risk management, Non-performing Loans, Default, Impairment, Debt restructuring, Basel II, Loss given default, Exposure at default (EAD).

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

BdP	Banco de Portugal
CRC	Central de Responsabilidades de Crédito
DFs	Demonstrações Financeiras
EAD	<i>Exposure at Default</i>
ETRICC	Exercício transversal de revisão da imparidade da carteira de crédito
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IBNR	<i>Incurred but not reported</i>
IF	Instituições Financeiras
IRB	<i>Internal Rating Based</i>
LGD	<i>Loss Given Default</i>
LTV	<i>Loan-to-value</i>
M	<i>Maturity</i>
NPLs	<i>Non-performing loans</i>
PD	<i>Probability of default</i>
PI	Probabilidade de indício
VAR	<i>Value at risk</i>

Capítulo 1 – Introdução

Durante vários anos a conjuntura económica e financeira foi favorável à concessão de crédito tanto às empresas como às famílias. Obter recursos financeiros suficientes para satisfazer as mais diversas necessidades era o objetivo central de todas as IF. A forte concorrência existente neste mercado levou a que todas as IF quisessem aumentar a sua quota de mercado, por via da concessão generalizada de crédito.

A ideia “*too big to fail*” esteve sempre presente na gestão das IF, reforçando a crença de que quanto maior fosse a sua dimensão, menor seria a sua probabilidade de fracasso, pois tal fracasso teria um efeito devastador em toda a economia.

Por força de todas as razões de querer vencer na Banca, o crédito foi concedido muitas vezes com elevados fatores de risco e com critérios pouco rigorosos, como mais tarde se veio a comprovar pelo aumento do incumprimento bancário.

O incumprimento bancário ou *default* pode ser entendido como a falha no pagamento atempado dos juros e/ou do capital mutuado e acontece quando o devedor deixa de cumprir com o serviço da dívida. Começamos então a ouvir falar da temática dos *Non-performing loans*.

As premissas da atividade comercial bancária sempre foram a captação de depósitos e a concessão de crédito, mas após a crise do *Sub-Prime*, da deterioração da atual crise económica e financeira, e do crescente contexto de austeridade, a gestão das carteiras de crédito vivo e vencido passou a assumir na presente data um especial protagonismo, podendo já ser considerada uma “atividade *core*” de qualquer instituição financeira.

A existência de risco ou incerteza como forma de alavancar os ganhos que possam existir quando se empresta dinheiro a terceiros remete-nos para a importância de uma correta e eficaz gestão do risco de crédito. Tal risco surge sempre que um credor está exposto a potenciais perdas de um mutuário, uma contraparte, ou um devedor que poderá deixar de honrar as suas obrigações conforme foi acordado e contratado. É o prejuízo potencial decorrente das operações autorizadas se os termos do acordo não forem cumpridos.

Assim, a gestão do risco de crédito deverá ter sempre como principal objetivo o controlo ativo da exposição à incerteza, como forma de maximizar a rentabilidade das IF, mantendo permanentemente um equilíbrio entre os níveis de solvabilidade, imparidades do crédito e liquidez. Mas uma correta gestão do risco de crédito pressupõe a identificação e a quantificação da exposição ao risco da instituição financeira, sendo fundamental obter um cálculo rigoroso das probabilidades de incumprimento e das perdas esperadas.

O aumento crescente do crédito vencido, ou dos rácios de crédito vencido, terá consequências diretas e negativas na conta de resultados das IF, nomeadamente pela

imparidade a registar e, consequentemente, em toda a estabilidade financeira do sistema.

O objetivo deste projeto é identificar oportunidades e constrangimentos que se colocam às Instituições Financeiras (IF), no âmbito da gestão do risco de crédito, no sentido de serem deduzidas as linhas de ação (ou soluções) que permitirão contribuir para mitigar esse risco.

A questão central é a seguinte: “Que desafios acrescidos é que se colocam hoje às Instituições Financeiras no âmbito da gestão do risco de crédito?”

As questões derivadas a que se pretende responder são as seguintes:

QD1 – Qual a atual relevância da gestão do risco de crédito nas IF?

QD2 – Qual a situação atual da gestão do risco de crédito no panorama das IF?

QD3 – Que linhas de ação (medidas, estratégias) é que deverão ser desenvolvidas pelas IF, no sentido de assegurarem uma gestão correta e eficaz do risco associado ao crédito concedido?

Para o tratamento da questão central, e perante estas questões derivadas, levantaram-se as seguintes hipóteses que se tentarão validar ao longo do projeto:

H1 – A um nível mais elevado de eficácia na gestão de crédito, correspondem vantagens competitivas para a instituição financeira e para o cliente.

H2 – O reconhecimento da importância da gestão de risco de crédito para as IF, a par com a implementação de uma capacidade adequada de gestão da carteira de crédito vencido, contribuem para resultados mais favoráveis para as mesmas.

O presente trabalho divide-se em quatro Capítulos. No Capítulo 2 é feita uma breve análise teórica dos conceitos subjacentes à gestão do risco de crédito nas IF, dando maior enfoque às linhas de ação necessárias a uma correta gestão da carteira de crédito vencida. No Capítulo 3 é caracterizada a relevância desse tipo de gestão e da antecipação de potenciais problemas nas IF num contexto geral e num caso particular, procurando demonstrar a sua relação direta com a obtenção de melhores resultados.

No Capítulo 4 é feita uma retrospectiva das grandes linhas do procedimento seguido, apresentando uma breve síntese dos capítulos anteriores e enunciando as principais conclusões deste trabalho. São ainda dadas a conhecer algumas limitações do estudo realizado e propostas para trabalhos futuros.

O corpo de conceitos e documentos de apoio a este trabalho constam do Anexo I.

Capítulo 2 - Revisão de Literatura

2.1 Importância crescente de uma boa gestão do incumprimento

(Risco de crédito nas IF)

Uma instituição financeira tem como principal atividade emprestar dinheiro aos seus clientes tendo como contrapartida futura o recebimento do capital emprestado e dos juros correspondentes.

Como o futuro é desconhecido, os clientes podem não conseguir reembolsar esse capital e os juros na data que lhes foi imposta através de contrato ou acordo. Qualquer atraso, mesmo apenas de dois dias, poderá acarretar prejuízos significativos para as IF, já que uma gestão bancária eficaz pressupõe a reaplicação de todos os valores recebidos dos clientes. Esse atraso poderá implicar desvios nos montantes diários a serem aplicados, obrigando as IF a recorrerem a outras fontes de financiamento, muitas vezes mais onerosas, para poder reequilibrar a situação.

O risco de crédito está associado às perdas que derivam desse potencial incumprimento por parte do devedor (e do seu garante, se existir) face às suas obrigações, isto é, ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade do mesmo (Basel Committee on Banking Supervision, 2000).

Bessis, Joel (2009), refere que “o risco de crédito é crítico porque o *default* de um pequeno número de clientes gera perdas que podem mesmo resultar em Insolvência”. Como salvaguarda ao supra exposto, a gestão do risco de crédito das IF poderá fundamentar-se numa abordagem global, abrangendo todas as fases do seu ciclo de vida, desde a análise até à recuperação, se for o caso. Deverá ser suportada por um sistema matricial integrado na estrutura geral de controlo das IF, compreendendo todo o processo de tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades atribuídas (Giesecke, K, 2002).

As IF deverão sempre procurar garantir o equilíbrio das suas carteiras de crédito. Não obstante, a perda esperada das diversas áreas de negócio deverá ser atualizada periodicamente, conjuntamente com os cálculos de capital económico. Para este efeito ou estimativa, serão úteis os cálculos de probabilidade de incumprimento e severidade por carteiras de risco homogêneas, através da exploração das bases de dados internas das IF (Asarnow, Elliot, Edwards, David, 1995).

Não existe crédito sem risco, sendo normal as IF se depararem muitas vezes com situações de atrasos na cobrança das prestações. O problema é que a situação hoje é mais grave, face à existência de uma probabilidade elevada de esse atraso se transformar em casos de incobrabilidade total.

É, pois, fundamental que exista uma política proactiva na gestão de riscos em qualquer instituição financeira, devendo ser sempre feita uma análise detalhada e cuidada da situação financeira do proponente do crédito para conseguir determinar a sua verdadeira capacidade de honrar os seus compromissos (reembolso futuro).

Neste sentido, as IF têm muitas vezes em consideração aquando da análise de crédito, quatro tipos de risco diferentes. São eles o risco geral, o risco particular ou pessoal, o risco da operação e o risco do ramo de atividade ou sector.

O risco geral incorpora toda a incerteza política e económica de um determinado país, podendo estar relacionada com situações de guerra, instabilidade económica e social ou legislação específica.

O risco particular ou pessoal diz respeito às características do próprio cliente que podem indiciar potenciais situações de risco de incumprimento (Coussergues, S., 1992).

O objetivo da gestão de risco de crédito é maximizar a taxa de retorno ajustada ao risco de uma instituição financeira, mantendo a exposição ao risco de crédito dentro de parâmetros aceitáveis. Esta gestão deverá ser inerente a toda a carteira, bem como ao risco de créditos individuais ou transações.

Assim, segundo Giesecke (2002), “uma gestão de risco de crédito eficaz assume uma componente crítica na gestão de riscos e é essencial para o sucesso a longo prazo de qualquer IF”.

Servigny, A. d., & Renault, O. (2004) explicam a importância cada vez maior do estudo das relações existentes entre o risco de crédito e os outros riscos existentes, tais como o risco de mercado, de taxa de juro, de liquidez, operacional e sistémico.

O risco de crédito está desta forma fortemente relacionado com o risco de mercado em diferentes vertentes.

Uma correta gestão do risco de crédito

O Comité de Basileia sobre Supervisão Bancária considera que deve ser estabelecido um ambiente de risco de crédito apropriado para todas as IF. Para isso, foi definido um conjunto de princípios que tem em conta as medidas a serem implementadas para alcançar uma correta gestão do risco de crédito.

Um dos referidos princípios menciona que o Conselho de Administração deve ter a responsabilidade de aprovar e rever periodicamente a estratégia de risco de crédito e as suas políticas significativas. A estratégia deverá refletir a tolerância das IF ao risco e o nível de ganhos que as IF esperam atingir para os diferentes riscos em que incorrem. A instituição financeira deverá garantir a identificação, a mensuração, a gestão e o controlo permanente do risco de crédito. Estas políticas, procedimentos e controlos

devem incidir no risco de crédito existente em todas as atividades e produtos, tanto a nível de créditos individuais como de carteiras.

As IF deverão recolher sempre a máxima informação disponível dos seus clientes por forma a conhecerem e compreenderem o verdadeiro perfil de risco dos mesmos. Dependendo do tipo de crédito, deverá ser recolhida informação relativa à sua finalidade, às fontes de reembolso existentes e ao perfil de risco atual do cliente, tendo em conta a natureza e os montantes globais de risco em que o mesmo se encontra envolvido, bem como o seu histórico de cumprimento na banca. Não menos importante é a realização de projeções de *cash-flows* futuros ou tendências financeiras, sobre diferentes cenários, analisando as garantias ou colaterais existentes e a possibilidade de reforço das mesmas.

Um outro princípio reforça a ideia de que para manter uma carteira de risco saudável, as IF deverão estabelecer circuitos próprios de análise e aprovação dos créditos, sendo que as aprovações devem ser sempre feitas de acordo com a estratégia definida pelas mesmas. Devem ser feitos investimentos em recursos de decisões de risco adequadas, consistentes com a estratégia definida, permitindo enfrentar as pressões concorrenciais. Cada proposta de crédito deverá ser alvo de uma análise bastante rigorosa, apenas feita por analistas de crédito qualificados e com experiência compatível com a dimensão ou complexidade da operação.

No processo de tomada de decisão, são geralmente utilizadas três formas de decisão, dependendo do nível de risco, que pode ir desde uma autorização individual, a duas autorizações conjuntas ou até à realização de um comité de crédito especializado (mais do que duas pessoas).

É também dada a devida importância à existência de um sistema eficaz de controlo e de seguimento dos créditos individuais e de toda a carteira, determinando periodicamente a adequação de provisões e imparidades.

É necessário haver responsáveis pelo controlo sistemático da qualidade do crédito, assegurando que a informação financeira relevante é devidamente recolhida e divulgada à área que se dedica ao cálculo e atualização de *ratings* internos, fazendo sempre análises contínuas às garantias e colaterais existentes ou a potenciais reforços das mesmas. Este tipo de análise, de forma contínua, vai ajudar as IF a fazerem as necessárias reestruturações de crédito, assim como a manter adequadas as provisões para potenciais perdas.

Uma importante ferramenta no seguimento e controlo da qualidade dos créditos individuais, assim como de toda a carteira é o uso de um sistema interno de *ratings*. Tal sistema, bem estruturado, permite as IF diferenciarem o grau de risco de crédito em diferentes tipos de exposição, permitindo determinar com mais precisão as características globais da carteira de crédito, as concentrações, os problemas de crédito, e a adequação das provisões.

Podem ser utilizados sistemas internos de classificação de risco ainda mais sofisticados, permitindo determinar a atribuição interna de capital, o preço dos créditos e a rentabilidade das respetivas operações.

Para facilitar a identificação atempada de alterações nos perfis de risco, o sistema interno de *ratings* deve ser sensível a indicadores de potencial ou real deterioração do risco de crédito. Créditos com *ratings* deteriorados devem ser sempre alvo de uma atenção diferente, ou de uma análise adicional por parte dos gestores e analistas de risco, devendo essas operações ser incluídas numa *watchlist* específica que é revista regularmente pelo comité executivo.

Este tipo de sistema de notação financeira ou de classificação de risco pode ser utilizado por diferentes áreas da instituição financeira por forma a acompanhar as características atuais da carteira de crédito, permitindo determinar as necessárias alterações na sua estratégia de crédito.

Devido à necessidade de garantir a consistência dos *ratings* internos, bem como ao facto de os mesmos refletirem com bastante precisão a qualidade atual do risco dos créditos individuais, a responsabilidade de definição ou confirmação desses *ratings* deve ser sempre atribuída a uma área independente da que originou o crédito em causa.

A origem dos principais problemas de crédito

A maioria dos problemas bancários prende-se explicitamente com deficiências ou falhas na gestão do risco de crédito. Segundo a análise e experiência dos supervisores bancários, alguns dos problemas são recorrentes, traduzindo-se em perdas reais para as IF. Na origem destes problemas podem estar as concentrações de crédito, algumas falhas na avaliação de negócios (processos de *due dilligence*) e/ou um acompanhamento ou seguimento de carteira inadequados (Basel Committee on Banking Supervision, 2000).

As concentrações de crédito são uma das principais causas da maioria dos problemas relacionados com a gestão de risco.

Este Comité considera que as IF devem restringir a exposição a mutuários ou grupos de contrapartes relacionadas. Remete ainda para outro tipo de concentrações não menos importante, baseado em fatores de risco comuns ou também correlacionados, afirmando que existem diversas correlações entre o risco de mercado, de crédito e de liquidez suscetíveis de produzir verdadeiras perdas generalizadas para as IF.

Com o intuito de contornar o melhor possível todos estes obstáculos a uma boa qualidade de risco, o mesmo Comité insiste novamente na correta utilização de *ratings* internos.

Na verdade, muitos dos problemas verificados na gestão de risco das IF revelam fraquezas nos seus processos de concessão e controlo do crédito.

Para a maioria das instituições financeiras a realização de uma completa e correta avaliação de um determinado negócio (processo de *due dilligence*) é um grande desafio, uma vez que a pressão concorrencial a que estão sujeitas cria-lhes limitações temporais que interferem diretamente na execução dessas tarefas.

A globalização dos mercados de crédito vem aumentar cada vez mais esta necessidade de recolha atempada e constante de informação financeira dos clientes.

Note-se que problemas existentes na banca prejudicam inclusivamente os seus respetivos países, particularmente os países dos mercados emergentes onde a confiança no crédito é fulcral para o investimento e é a chave para o crescimento económico.

Diversos escândalos financeiros ocorridos no tempo, desde o caso da *Enron* até ao do *Lehman Brothers*, são verdadeiros exemplos mundiais de como também os conflitos de interesses presentes em qualquer relação entre diferentes agentes económicos podem tornar-se numa catástrofe que tende a destabilizar o negócio e a criar instabilidade em todo o setor financeiro.

Não se poderá também esquecer que tanto as IF como os depositantes e devedores têm interesses próprios que levam muitas vezes à existência de conflitos no seu relacionamento. Estes conflitos dão origem a ações contrárias às obrigações explícitas de cada agente, fazendo aumentar o número de empréstimos bancários em incumprimento/*default* (Diamond's 1984 Model).

Contudo, as IF estão sujeitas a regras muito específicas de regulação e supervisão bancárias que têm também como objetivo mitigar este tipo de comportamentos de interesse próprio.

Fatores determinantes do incumprimento

Sendo o principal objetivo das IF a maximização dos lucros, torna-se crucial uma avaliação com bastante rigor aos riscos implícitos das suas carteiras de ativos, antecipando tanto quanto possível potenciais e futuros incumprimentos.

Os resultados obtidos em diferentes estudos realizados sobre o tema, indicam-nos que períodos de forte crescimento económico e consequentemente de forte admissão de crédito, podem conduzir à tomada excessiva e precipitada de posições de risco, devido essencialmente a posturas otimistas nos mercados. A consequência direta dessas decisões é muitas vezes reconhecida apenas quando a atividade económica reduz a sua aceleração.

Grande parte dos estudos empíricos realizados sobre crédito mal parado recai sobre três grandes universos de fatores que são determinantes no incumprimento dos

créditos na Banca. O primeiro engloba fatores relacionados com a forte influência do ambiente macroeconómico existente (natureza sistemática), sendo que o segundo engloba fatores que remetem para as características específicas do devedor (natureza idiossincrática). Por fim o terceiro universo vem mostrar-nos que também as características específicas das próprias IF podem ser fatores determinantes do incumprimento dos seus devedores.

- **Fatores macroeconómicos (natureza sistemática)**

Existem diversos *papers* na literatura do sector bancário que examinam a relação existente entre o ambiente macroeconómico e a respectiva qualidade do risco de crédito das IF.

São evidenciados diferentes fatores de natureza sistemática que afetam simultaneamente todos os devedores, aumentando o impacto na estabilidade do sistema financeiro, uma vez que várias IF podem sofrer simultaneamente perdas substanciais nas suas carteiras de crédito.

A investigação feita sobre o tema sugere que num ciclo inicial de expansão da economia, em que os devedores registam fluxos de rendimento geralmente superiores, o número de créditos em incumprimento tende a ser significativamente menor. Este cenário inverte-se quando o volume de crédito aumenta, estendendo-se a devedores com perfis de elevado risco, bem como quando simultaneamente se instala a recessão económica.

Carey, M. (1998) argumenta que “o estado da economia é o fator sistemático mais importante a influenciar as taxas de perda na carteira de dívida diversificada”.

Lawrence, E. (1995) apresenta um modelo de ciclo de vida onde é introduzida a probabilidade de *default*, invocando que devedores com menores rendimentos apresentam taxas de incumprimento mais altas, devido ao risco superior de desemprego e consequentemente por terem tendência de inviabilizar o cumprimento do serviço de dívida. Curiosamente as IF aplicam muitas vezes taxas de juro mais elevadas a este tipo de clientes com perfil de risco elevado.

Rinadi e Sanchis-Arellano (2006) fizeram uma análise exaustiva a diferentes carteiras de crédito à habitação de diferentes países europeus, tendo dado provas empíricas de que o rendimento disponível, o desemprego e a degradação das condições financeiras têm um forte impacto no *default*.

Outro fator macroeconómico também determinante no incumprimento é o aumento de dívida soberana. A interligação entre crises de dívida soberana e crises no setor bancário foi verdadeiramente reconhecida depois da recente crise financeira.

Reinhart, C., Rogoff, K. (2010) apresentam evidência empírica de que a crise no setor bancário geralmente coincide com a crise de dívida soberana. A presente situação nacional portuguesa parece confirmar, de algum modo, essa teoria, embora não se possa afirmar que exista uma crise no setor bancário.

Foram identificados por aqueles autores dois sinais da passagem de uma crise de dívida soberana para uma crise do setor bancário. Primeiro, a deterioração das finanças públicas cria um limite na avaliação da credibilidade do mercado para as IF nacionais, ficando estas consequentemente pressionadas pela sua liquidez. Perante esta realidade, as IF são obrigadas a reduzir os volumes de crédito, tendo como consequência direta a incapacidade de refinanciamento dos seus devedores. Segundo, um aumento de dívida soberana pode dar origem a medidas fiscais, especialmente cortes nas despesas sociais. Todos estes fatores contribuem para o aumento do número de créditos em incumprimento.

- **Fatores específicos do devedor (natureza idiossincrática)**

De acordo com o artigo do Relatório de Estabilidade Financeira (2006) do Banco de Portugal (BdP) relativo aos fatores determinantes do risco de crédito, existe a necessidade de se estudarem as características específicas do devedor para podermos perceber a origem do incumprimento.

Considerando que grande parte do risco das IF reside no crédito concedido a empresas, torna-se fulcral conhecer os fatores que condicionam a ocorrência de incumprimentos por parte das mesmas, e tentar compreender se tais fatores estão essencialmente associados a características específicas das empresas, permitindo identificar um perfil comum para as empresas com maior risco de incumprimento.

Segundo o estudo realizado, explorando os dados microeconómicos que incluem informação detalhada ao nível das empresas, observou-se que as probabilidades de incumprimento são muitas vezes influenciadas pelas características específicas de cada empresa e pela sua situação financeira.

Para este estudo o BdP utilizou duas bases de dados geridas pelo mesmo, que são a Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) e a Central de Balanços. A informação constante da CRC é enviada obrigatoriamente por todas as instituições de crédito, tendo como principal objetivo a partilha de informação entre as instituições participantes, visando melhorar a sua gestão e avaliação do risco de crédito. A Central de Balanços contém informação contabilística detalhada para um vasto conjunto de empresas portuguesas, sendo que a sua finalidade resume-se a fins estatísticos e análises económicas. Estas informações são enviadas pelas empresas numa base voluntária, pelo que os resultados obtidos não cobrem todo o tecido empresarial português. No entanto integra a maioria das empresas de maior dimensão.

Cruzando informações de ambas as bases de dados, os resultados do estudo revelam que existe uma pequena percentagem de empresas envolvidas registando montantes de crédito em incumprimento (aproximadamente 3 por cento).

Foram analisados os sectores de atividade dessas empresas, constatando-se que os sectores mais problemáticos são as pescas, as indústrias extrativas, restauração e indústrias transformadoras.

Ao longo do tempo já foram elaborados diversos estudos empíricos que tentam conhecer a potencial correlação existente entre a dimensão da empresa e o seu risco de incumprimento.

Bhattacharjee et al (2002), Bunn e Redwood (2003), Eklund et al (2001) e Jiménez e Saurina (2004) concluem que as empresas que tendem a apresentar maiores probabilidades de incumprimento são as de menor dimensão.

Por outro lado, Pain e Vesala (2004) e Bernhardsen (2001) constatarem que sendo os resultados controlados por outros indicadores respeitantes à situação financeira da empresa, a dimensão da empresa tem pouca relevância na determinação da sua probabilidade de incumprimento.

Este estudo do BdP vem confirmar que as probabilidades de incumprimento são afetadas por diversas características específicas das empresas, como a sua estrutura financeira, a sua rendibilidade, a sua liquidez, a sua evolução das vendas e a sua política de investimento. A sua dimensão por si só não parece afetar de forma significativa a probabilidade de incumprimento.

- Fatores específicos das IF

Os fatores determinantes do incumprimento não se podem resumir apenas a variáveis macroeconómicas e a características específicas do devedor. Torna-se imprescindível analisar o lado da instituição financeira, ou seja, as suas características específicas e as suas políticas, nomeadamente no que diz respeito a esforços para melhorar a eficiência e a gestão do risco.

Berger e DeYoung (1997) investigaram a existência de causalidade entre a qualidade do crédito, a eficiência de custos e o capital bancário, onde é demonstrada uma correlação existente entre as características específicas das IF e o foco nos indicadores de eficiência com o consequente aumento do incumprimento.

São testadas duas diferentes teorias ou hipóteses que estes autores consideram responsáveis pelo aumento do incumprimento. A primeira hipótese é a má gestão por parte das IF e o foco na redução de custos, e a segunda é a descapitalização existente. No que diz respeito à primeira hipótese, os autores constatarem que está positivamente relacionada com o futuro aumento dos créditos em incumprimento. Este tipo de gestão é muitas vezes associado a captação de recursos pouco qualificados em análise de risco, aceitação de *scorings* e acompanhamento da carteira vencida. A opção de escolha deste tipo de recursos melhora a eficiência pelo custo no curto prazo, mas a longo prazo irá resultar num forte aumento do número de incumprimentos.

A aposta num bom sistema de controlo, seguimento e gestão do crédito existente pode ser oneroso para as IF, mas contribui para a antecipação de muitos problemas.

Outra hipótese testada é o *moral hazard* associado à descapitalização das IF, em que os seus gestores aumentam o risco da sua carteira mesmo em situações de descapitalização.

As oportunidades de diversificação existentes nas IF também têm um forte impacto na qualidade do crédito da sua carteira. Foi observada uma correlação negativa entre a diversificação e o aumento do incumprimento, uma vez que ao diversificar estamos a diminuir o risco existente. A dimensão das IF também influencia essa capacidade de diversificação.

Salas and Saurina (2002) encontraram uma correlação negativa entre a dimensão da instituição financeira e o seu registo de incumprimentos, uma vez que uma maior dimensão está associada a mais oportunidades de diversificação.

Concluimos, portanto, que algumas decisões de gestão das IF podem gerar ineficiência, podendo esta ser vista como um claro indicador de futuros problemas de crédito.

As autoridades de supervisão deveriam focar-se na qualidade da gestão das IF, visando a deteção atempada de potenciais incumprimentos. Nesse sentido, deveriam dar mais ênfase aos sistemas de gestão do risco e aos procedimentos utilizados, de forma a evitar a instabilidade financeira.

2.2 *Non-performing Loans (NPLs)* e o Rácio de crédito em risco - um novo conceito imposto pelo Banco de Portugal

Desde do ano de 2008, em que se assistiu ao colapso de um grande banco de investimento, o *Lehman Brothers*, que temos vindo a presenciar o desencadear de uma grande crise financeira e económica mundial com efeitos devastadores para o nosso crescimento económico.

O crescimento económico que precedeu esta crise levou a um ambiente de elevado desequilíbrio em todo o sistema financeiro, com o assumir de posturas de elevado risco na tentativa de captação de escassos recursos aliada a uma excessiva concessão de crédito. Este conjunto de medidas tomadas pelas IF, levou a que as mesmas se tornassem inerentemente ilíquidas e com uma elevada exposição ao risco de refinanciamento, fazendo com que a recuperação de crédito seja agora a grande prioridade.

O tema dos *Non-performing Loans (NPLs)* tem vindo a aumentar a sua notoriedade e atenção por parte dos agentes económicos, na medida em que o seu crescente aumento gera automaticamente a estagnação económica.

Temos vindo a assistir à degradação das grandezas macroeconómicas, associada ao crescente aumento do desemprego, à subida da inflação, à redução contínua do rendimento disponível e à depreciação da taxa de câmbio, tornando inevitável o aumento do incumprimento das famílias e das empresas. Tudo isto contribui fortemente para a geração de pressões sobre a rentabilidade, liquidez e solvabilidade de todo o sistema financeiro, tendo como consequência direta a potencial falência das IF.

Manter elevado o nível de liquidez e de solvência é fulcral para a estabilidade de qualquer instituição financeira e de todo o sistema financeiro, porque vai atestar a sua capacidade para intermediar a poupança e permitir o financiamento da economia.

Os empréstimos em incumprimento, ou os *NPLs*, estão muitas vezes na origem da estagnação económica, sendo eles o espelho das empresas em dificuldades.

Ao manter o crédito mal parado, as IF vêm os seus recursos de alguma forma bloqueados em sectores sem rentabilidade, assumindo posturas defensivas e avessas à aceitação de novos riscos e à conceção de novos empréstimos. Desta forma são obrigadas a constituir ou reforçar provisões, diminuindo assim os seus potenciais ganhos.

NPLs têm sido a expressão utilizada internacionalmente para fazer referência aos empréstimos que se encontram em incumprimento. Pelo facto de não existir uma definição comum entre todos os países, o BdP utilizou o conceito de NPLs que consta no manual de metodologia de compilação das estatísticas dos “*Financial Soundness Indicators*” do Fundo Monetário Internacional (FMI), aquando da construção do seu novo indicador, o rácio de crédito em risco.

O rácio de crédito em risco, ou “*Non-performing Loans ratio*” foi criado pelo BdP por imposição da *Troika*, aquando do pedido de ajuda externa em setembro de 2011. Foi definido inicialmente ao abrigo da Instrução N.º 22/2011, tendo sido posteriormente alterado pela Instrução N.º 24/2012, com vista a incorporar a informação de crédito reestruturado por segmento.

Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira (2013) do BdP, no capítulo relativo à situação patrimonial e prudencial dos setores financeiros, o crédito em risco contabiliza, além do crédito vencido há mais de noventa dias e do crédito vincendo associado, o crédito reestruturado e outro crédito sobre o qual existam indicações que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência ou liquidação do devedor.

Este novo rácio de crédito em risco não aplica nenhuma dedução decorrente da existência de colaterais, pelo que é considerado um dos rácios mais conservadores a nível europeu.

O BdP neste mesmo relatório refere que a qualidade do crédito em Portugal continua a degradar-se, utilizando o acréscimo deste novo rácio do crédito em risco para a sua análise e conclusões. É ainda referido que, àquela data, o rácio se encontrava em onze por cento do total do crédito concedido, o que corresponde a afirmar que existe onze por cento do crédito concedido que se encontra vencido há mais de noventa dias ou há menos de noventa dias mas com sinais de problemas mais graves.

Temos assistido ao facto de que o aumento deste rácio se encontra também aliado à forte redução do crédito concedido. Nesta mesma análise é afirmado que o aumento deste rácio esteve associado à atividade com residentes, e apesar de se estender também aos restantes segmentos, foi deveras significativo no que diz respeito ao crédito concedido a sociedades não financeiras.

Quando se assiste a um aumento do rácio de crédito em risco torna-se essencial que seja feita a sua cobertura em termos de provisões e imparidades.

O rácio de cobertura, quociente entre o valor de provisões e imparidades acumuladas para crédito e o valor do crédito a clientes em risco, permaneceu estável no período analisado, em cerca de cinquenta e quatro por cento, nível semelhante ao ano anterior, o que reflete o esforço das IF na manutenção dos níveis de provisionamento. E necessário restaurar a credibilidade entre credores e devedores, pelo que as IF devem reduzir os seus ativos de risco e melhorar os seus capitais próprios.

Para esse efeito, a venda de carteiras de NPLs é cada vez mais uma hipótese a considerar no processo de desalavancagem e temos assistido na maioria das IF à constituição de equipas internas dedicadas exclusivamente ao seguimento e à reestruturação ou renegociação dos créditos em incumprimento ou com sinais de potenciais problemas.

No decorrer da crise, torna-se imperativo apostar em mecanismos proactivos de deteção e antecipação de problemas e procurar soluções tendentes à estabilização dos mercados, apostando na recuperação do crédito como meio de retoma do clima de confiança e do crescimento económico.

2.3 O conceito de Imparidade, a sua importância e o seu consequente impacto na conta de Resultados das IF

Como já foi acima referido, em períodos de contração económica e consequentemente financeira, as IF vêm a sua carteira de crédito a deteriorar-se não só em termos de volume, mas também em termos de qualidade, o que faz com que os mesmos se vejam obrigados a aumentar a sua cobertura para cobrir eventuais perdas.

Torna-se também necessário manter todo um processo de desalavancagem, não só através da diminuição da concessão de crédito mas também da captação de novos recursos.

O agravamento do incumprimento, apesar da prudência e avaliação rigorosa da carteira por parte das IF, tem conduzido a aumentos muito significativos de imparidade, o que mais tarde se vem a refletir diretamente na sua rentabilidade.

Introduzimos então o conceito de imparidade do crédito.

Enquanto os NPLs assumem um conceito integrado no âmbito regulatório, as provisões constituídas para fazer face a eventuais perdas nos ativos considerados duvidosos, o *Impairment*, assumem aqui uma natureza contabilística.

Os “*impaired loans*”, outra expressão também muito utilizada para fazer referência aos NPLs, quando mantidos nos balanços das IF, provocam a limitação dos seus recursos a setores sem rentabilidade, impossibilitando o seu crescimento sem que exista um aumento de capital ou um aumento da captação dos depósitos de clientes.

O reconhecimento da imparidade pelas IF está sujeito à Norma Internacional de Contabilidade 39 (IAS 39 – *International Accounting Standards* – Reconhecimento e Mensuração de Ativos Financeiros), que define e estabelece a mensuração e avaliação dos ativos em risco.

Esta norma tem como principal objetivo garantir que as IF reforcem a sua cobertura e não sejam apanhadas desprevenidas, entrando mais tarde em situações de falência técnica.

A quantia da perda pode ser mensurável como a diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor atualizado dos fluxos de caixa futuros estimados, excluindo as perdas de crédito futuras, calculado através da taxa de juro efetiva original do crédito. Para os créditos que tenham sido alvo de renegociação das condições contratadas por motivos de dificuldades financeiras, deve ser ainda assim utilizada para este cálculo a taxa de juro efetiva original antes da modificação dos termos.

Para se poder efetuar o cálculo de uma perda por imparidade é necessária a existência de prova objetiva, a qual se obtém por intermédio de dados observáveis que alertam a instituição financeira para determinados acontecimentos de perda.

As instituições definem então internamente um conjunto de sinais ou indícios que os créditos podem apresentar, que não se limitam a situações de incumprimento.

São exemplos deste tipo de sinais a existência de cheques devolvidos, a reestruturação de operações de crédito, uma redução material ou significativa dos fluxos de caixa futuros estimados, um *downgrade* do *rating* do devedor, ou a possibilidade do mesmo entrar em falência.

Conforme se entende, pode então ser constituída uma provisão (imparidade) para a cobertura parcial ou total da exposição em causa, independentemente da inexistência de crédito vencido.

Ao serem emitidos alertas ou evidenciados esses sinais, procede-se então a uma análise que pode assumir formas distintas, sendo realizada por via individual ou coletiva.

Os créditos com maior exposição são analisados de forma individual, sendo calculado o montante de imparidade a atribuir com base na totalidade dessa exposição e não apenas no montante vencido, tendo sempre em consideração os fluxos de caixa esperados para o serviço da dívida e o valor, após “*haircuts*” quando aplicável, das garantias associadas ao contrato.

Os restantes créditos, menos significativos, são analisados de forma coletiva, sendo agrupados de acordo com características específicas, de risco similares que sejam indicativas da capacidade de pagamento dos clientes, pelo seu perfil de risco, em carteiras homogêneas. É seguidamente atribuída a cada grupo, uma percentagem de imparidade que vai incidir sobre a totalidade da exposição, que é calculada de forma independente para cada carteira homogênea, com base em dados históricos.

O cálculo de imparidade pela análise coletiva envolve sempre uma estimação de quatro parâmetros de risco, distintos mas interligados, sendo eles a probabilidade de

indício (PI), a probabilidade de transição para *default* (PD) e a perda em caso de incumprimento (LGD).

A PI remete para a eventualidade de uma operação ou de um cliente que se encontra em situação regular, mas que pode vir a registar algum atraso durante o período de emergência. A PD remete para a possibilidade de uma operação ou de um cliente que já regista atrasos, poder chegar a *default* no prazo residual da operação. Por último, a LGD traduz-se na perda económica das operações no caso de estas entrarem em *default*.

Na maioria das IF, as operações em atraso até trinta dias são classificadas num escalão “sem Indícios”, de trinta e um dias aos noventa dias de atraso são classificadas num escalão “indícios” e com um atraso superior a noventa dias encontram-se classificadas num escalão de *default*.

Relativamente ao crédito sem indícios de imparidade observáveis, a norma IAS 39 prevê também a constituição de provisões para perdas por “IBNR” (*Incurred But Not Reported*), ou seja, perdas incorridas, mas que ainda não foram reportadas.

Segundo este princípio, para uma parte da carteira de crédito, o evento de perda já ocorreu mas a instituição de crédito ainda não o observou.

De acordo com o método proposto, o cálculo desta provisão depende da definição de um período de estado de alerta, correspondente ao período de tempo entre a ocorrência e a observação do evento de perda, o qual pode ser decomposto num período de surgimento da informação e num momento posterior de captura de indícios.

É bastante frequente a distinção deste tipo de períodos de tempo em função do segmento do cliente, sendo que é normalmente de seis meses para clientes particulares e de doze meses para clientes empresariais.

Ao não ser feito o registo das perdas por imparidade, os ativos das IF, neste caso os créditos, estão sempre sobreavaliados, não transparecendo o seu verdadeiro valor recuperável.

Desde 2011 que o BdP apresenta um conjunto de medidas integrantes no processo de supervisão prudencial das instituições, na qual se enquadra o Exercício Transversal de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito (ETRICC). Segundo informações prestadas por este órgão de supervisão, já foram feitas várias inspeções transversais que contribuíram para assegurar que as IF estão a aplicar critérios robustos e conservadores no cálculo dos níveis de imparidade para as suas carteiras de crédito.

Em suma, com a deterioração crescente da qualidade de crédito das carteiras nas IF, torna-se necessário proceder a um correto reforço de provisões e reconhecimento de imparidade. Ao reconhecerem a imparidade, as IF levam esses montantes a custo do seu exercício, tendo como consequência direta uma grave penalização na conta de resultados.

É cada vez mais frequente ouvir notícias que relacionam estas duas palavras, imparidade e prejuízos, porque se trata de um dos pesos mais negativos de todo o incumprimento bancário.

2.4 A Reestruturação de crédito como resposta ao aumento do crédito vencido

Até meados de 2011 assistiu-se na maioria das IF a um forte aumento do volume e do montante das suas carteiras de crédito, fruto de alguns incentivos por parte das mesmas, no que toca aos baixos *spreads* oferecidos e à forte procura por parte dos clientes.

Para responder positivamente a toda esta procura, as IF foram obrigadas a reforçar as suas equipas de analistas de risco, direcionando todos os seus esforços para a concessão de crédito. Acontece que a pressão de objetivos impostos e de resultados pretendidos pelos órgãos de gestão das IF contribuíram negativamente para a tomada de algumas decisões, com pouco rigor de análise de risco, conduzindo a aprovações de créditos de elevado risco.

Como consequência deste tipo de atuação, as IF começaram a registar níveis de incumprimento nunca antes observados, e tiveram que ser encontradas diferentes soluções para tentar combater o aumento do crédito vencido.

Uma das soluções aplicadas no conjunto das cinco maiores IF nacionais foi a criação de uma área ou departamento exclusivamente dedicada à renegociação de contratos que se encontram vencidos, através da constituição de uma equipa distinta da equipa de concessão de crédito novo, com elevado *know-how* em matérias financeiras, de risco e de produtos bancários, para serem estudadas as melhores estratégias de reestruturação de crédito vencido.

O principal objetivo era evitar que os créditos atingissem os noventa dias de incumprimento e sobretudo tentar que voltassem à sua situação regular, sem registo de novos atrasos.

A gestão do crédito problemático e a sua posterior reestruturação assumem nos dias de hoje uma importância crescente na estratégia das IF no que respeita à gestão da sua carteira viva e vencida, sendo um facto determinante no total de fundos próprios exigível em função do risco, com o correspondente impacto no custo dos fundos.

As IF necessitam de estar preparadas para antecipar os problemas, reconhecendo os principais indícios que têm lugar antes do incumprimento. Quando um cliente deixa de cumprir o serviço de dívida, os problemas já atingiram um nível de gravidade tão elevado que podem em alguns casos inviabilizar qualquer tentativa de reestruturação.

Pirok, K (1995) em “*Managing Credit Department Functions*” sugere dois primeiros passos fulcrais na atividade de gestão do crédito problemático. Primeiro remete para a necessidade de antecipar o mais cedo possível qualquer problema de crédito e em

seguida indica que o objetivo principal deverá ser sempre maximizar a probabilidade de recuperação total dos fundos.

A celeridade da atuação é a primeira condição para que a intervenção seja eficaz. Ou seja, quando a situação de risco é verificada a tempo, antes do cliente entrar em falência total, a situação pode ser controlada, conseguindo-se o reembolso do crédito antes de maior degradação.

Em geral, quando um cliente apresenta dificuldades financeiras, procura encobrir essa situação recorrendo a novo crédito para pagamento de outros créditos, chegando à situação de sobre-endividamento. É nesta fase que se detetam os problemas ou indícios de potenciais inícios de incumprimento. Assume aqui uma extrema importância a gestão dos clientes por parte das unidades de negócio após a observação de indícios e antes da entrada em incumprimento, devendo para isso existir sempre uma reunião com os clientes de forma a ser identificado o problema e tomadas medidas imediatas.

De acordo com a maioria da literatura existente e nomeadamente no caso do Instituto de Formação Bancária, são normalmente analisadas três situações distintas de deterioração da posição do devedor, começando naquela em que não se antecipa que a deterioração se venha a tornar crítica com o tempo, passando para a segunda em que a situação é crítica mas ainda passível de ação corretiva e, por fim, as restantes situações sem possibilidade de correção previsível.

Para a primeira situação, tratando-se de um problema passageiro e com correção possível, a IF deverá dar um prazo ao cliente para resolução da situação. Por outro lado, se o problema não é passageiro, mas o cliente apresenta capacidade para cumprir com o serviço da dívida se forem revistas as condições do crédito, a instituição financeira poderá acordar com o mesmo um novo plano, com um novo prazo de vencimento.

Na última hipótese, considerando situações em que não é previsível nenhuma solução, a instituição financeira deverá tentar a cobrança pela via judicial.

Atualmente existe legislação que rege o modo como as IF devem atuar no que respeita à prevenção e gestão do incumprimento.

De acordo com o BdP, as IF ficam assim obrigadas a implementar procedimentos que permitam o acompanhamento regular dos contratos de crédito, de forma a prevenirem potenciais situações de incumprimento dos clientes e também a gerir os que já se encontram vencidos. (vide Anexo I)

No âmbito da análise financeira do cliente, as IF tentam sempre apurar a origem do problema e se esse problema tem um carácter temporário ou definitivo. Só interessa reestruturar se a situação retratar um cliente com falta de liquidez mas ainda com solvabilidade.

Existem problemas relacionados com uma redução temporária ou sazonal nos *cash-flows*, sendo que nesse caso as IF podem aplicar uma reestruturação dos créditos

existentes com base em atributos de curta duração em que após o seu término, o cliente retoma o cumprimento do serviço da dívida nas condições anteriormente definidas.

Tanto no segmento de clientes particulares, como no segmento de clientes de empresas, o atributo mais utilizado por parte das IF para a resolução de problemas temporários de liquidez tem sido a carência de capital e/ou de juros por um período de três, seis ou mesmo de doze meses, consoante a gravidade da sua situação ou ausência de liquidez observada. O cliente obtém assim um alívio financeiro que lhe permite não só recuperar os atrasos registados em meses anteriores, mas também melhorar a sua atual fonte de rendimentos. Após o término do período de reestruturação, os créditos intervencionados são alvo de um recálculo, de forma a incorporarem o capital e/ou os juros não pagos durante o período de carência aplicado (processo de recapitalização).

Com o aumento dos casos de clientes em incumprimento, as IF criaram um atributo que permite fixar temporariamente a prestação do crédito no valor que os clientes demonstram ser o máximo comportável. Nestas situações as IF tentam que os juros sejam integralmente pagos e reduzem apenas o montante de capital a amortizar mensalmente.

Quando o problema identificado tem um carácter definitivo ou de impossível resolução no curto e médio prazo, as IF recorrem a um outro tipo de atributos que vão ao encontro das necessidades definitivas dos seus clientes enquanto devedores em dificuldades. Um dos atributos mais utilizados neste tipo de problemas é a prorrogação do prazo das operações, que vai resultar num encargo inferior para o cliente em dificuldades. As IF tentam sempre reforçar as suas garantias quando se tratam de reestruturações a médio e longo prazo, uma vez que mais tempo significa um maior risco.

Para o caso de clientes sobreendividados, com taxas de esforço (proporção de encargos no seu rendimento) bastante elevadas, normalmente acima dos setenta por cento, é aplicada uma reestruturação conhecida por consolidação de dívidas.

Desta forma, as IF reestruturam a dívida existente através de um novo financiamento que liquida todas as responsabilidades que lhe dizem respeito, normalmente através de um novo crédito hipotecário, com garantia real associada, permitindo ao cliente ficar apenas com um encargo que será muito inferior ao que tinha anteriormente no conjunto dos créditos, devido aos prazos aplicados em operações de crédito hipotecário. No final a instituição financeira reforça também a sua posição, cobrindo toda a sua dívida por uma garantia real hipotecária.

2.5 LGD - *Loss Given Default* e a sua estreita ligação com Basileia II

A quantificação do risco é hoje um elemento diferenciador no que respeita à gestão e controlo eficaz do risco de crédito.

O LGD, *Loss Given Default*, é um cálculo geralmente utilizado para medir a perda em caso de incumprimento, ou seja, a perda máxima estimada do valor irrecuperável de um contrato aquando a sua entrada em mora.

Embora o seu cálculo seja muito rigoroso e tecnicamente exigente, devido à quantidade de parâmetros envolvidos na sua estimação, trata-se de uma medida de análise de risco fulcral para a gestão do crédito nas IF. Este parâmetro de análise de risco tem vindo a assumir uma importância cada vez maior, principalmente desde a implementação do Acordo de Basileia II.

Basileia II é a segunda revisão dos Acordos de Basileia, que se encontra atualmente revisto e dará lugar ao Basileia III, mas que se resumia a recomendações sobre leis e regulamentos bancários emitidos pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision*). Publicado em junho de 2004, mas apenas implementado na sua plenitude em dezembro de 2007, este Acordo tinha como principal intenção a criação de um padrão internacional para os reguladores bancários, para controlar os montantes de capital necessários pelas IF, para estas se protegerem dos diversos tipos de riscos operacionais e financeiros que surgem no âmbito da sua atividade.

O principal objetivo era manter uma suficiente consistência nas normas de regulação, evitando o surgimento de desigualdades competitivas entre as IF ativas internacionalmente. Os principais defensores deste Acordo acreditavam que um conjunto de normas padronizado poderia ser muito útil na proteção de todo o sistema financeiro internacional, evitando potenciais problemas que pudessem surgir caso se assistisse ao colapso de uma grande instituição financeira ou de uma série de IF.

Basileia II veio então estabelecer um conjunto de requisitos de gestão de capital e de risco com o intuito de assegurar que as IF apresentam um adequado nível de capital para o elevado risco que incorrem na sua atividade de concessão de empréstimos e prática de investimentos. De um modo geral, este conjunto de regras significa que quanto maior for o risco a que uma instituição financeira está exposta, maior terá que ser a quantidade de capital a manter para que sejam preservados os seus níveis de solidez e solvabilidade.

Basileia II está estruturado em três diferentes pilares, interligados e que no seu conjunto contribuem para a robustez do sistema financeiro.

O primeiro pilar, dedicado à visão pelo Supervisor, estabelece os requisitos mínimos de capital para cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacional.

A adequação do capital é mensurada através do seguinte rácio:

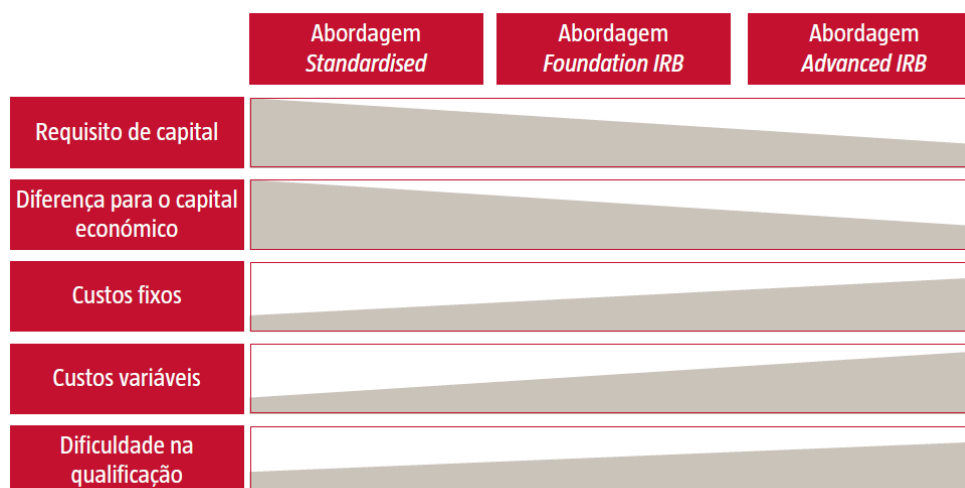
$$\frac{\text{Capital (Tier I + Tier II + Tier III)}}{\text{Risco de Crédito + Risco de Mercado + Risco Operacional}} \geq 8 \%$$

O segundo Pilar, dedicado à visão interna, nomeadamente no processo de revisão e supervisão, assegura que em cada IF é instituído um processo interno para avaliar a adequação do seu capital face aos riscos assumidos.

O terceiro Pilar, dedicado à visão externa, estabelece os requisitos de divulgação de informação aos mercados, investidores e ao público em geral, assegurando uma maior transparência no que diz respeito ao perfil de risco e adequação de capital nas IF.

Detalhando o primeiro Pilar, no que diz respeito ao risco de crédito, as IF podem optar por escolher entre três diferentes abordagens, sendo estas a abordagem *standard ou padrão*, que é uma extensão da metodologia atual com um acréscimo na diferenciação do risco e duas abordagens baseadas em *ratings* internos (IRB), a abordagem *Foundation IRB*, ou método interno simples e a abordagem *Advanced IRB*, métodos internos avançados.

Os requisitos de capital serão tanto menores quanto maior o grau de complexidade da abordagem escolhida pela instituição financeira, sendo que os custos associados à sua adoção e manutenção serão proporcionalmente crescentes.



Fonte: PriceWaterHouseCoopers

Iremos recair mais sobre as abordagens *IRB* pelo facto de as mesmas utilizarem modelos de *ratings* internos, entre os quais se destaca novamente o *LGD*.

Na abordagem *standard* os ponderadores de risco variam em função das notações de *rating* atribuídas externamente. A determinação destes ponderadores depende essencialmente da natureza do mutuário e do seu grau de incumprimento, quer se trate de organizações internacionais, de IF, de empresas, de soberanos, ou outros.

Por sua vez, as abordagens *Foundation IRB* e *Advanced IRB* utilizam modelos de *ratings* internos (modelos de *scoring*) com o intuito de avaliar e quantificar o risco de crédito inerente às diferentes operações em curso, tendo estes que ser sempre sujeitos à aprovação pela entidade reguladora, cumprindo um determinado número de requisitos. Estes requisitos dizem respeito essencialmente a práticas e processos de

gestão de risco, nomeadamente aquando da definição dos diferentes níveis de aprovação de crédito e do respectivo *pricing* das operações.

A abordagem *IRB* é baseada em quatro parâmetros utilizados na estimativa dos riscos de crédito:

1. *PD (Probability of Default)*, probabilidade de incumprimento, é a estimativa da probabilidade do devedor entrar em incumprimento no horizonte temporal de um ano;
2. *LGD (Loss Given Default)*, perda em caso de incumprimento, sendo a perda máxima estimada do valor irrecuperável de um contrato aquando a sua entrada em mora;
3. *EAD (Exposure at Default)*, exposição individual no momento do incumprimento, em valor e não em percentagem;
4. *M (Maturity)*, maturidade do contrato, ou seja, o tempo até ao vencimento da operação, devendo ser ajustada no caso de liquidação antecipada.

Para se proceder ao cálculo dos requisitos mínimos de capital, no âmbito destas abordagens *IRB*, torna-se necessário estimar o valor de exposição ponderado para fazer face ao risco de crédito. Esta estimativa é feita geralmente através da seguinte fórmula:

$$PD \times LGD \times EAD \times M = \text{Valor de Exposição Ponderado}$$

A abordagem *Advanced IRB* distingue-se da abordagem *Foundation IRB* pelo facto de todos os parâmetros de risco (*PD*, *LGD*, *EAD* e *M*) serem calculados segundo modelos internos.

Na abordagem *Foundation IRB* apenas o parâmetro *PD* (probabilidade de incumprimento) é calculado internamente, sendo os restantes parâmetros definidos inteiramente pela entidade reguladora.

Basileia II sugere para a maioria dos casos de créditos a empresas, soberanos e IF não garantidos por colaterais (garantias reais) um *LGD* de 45%.

Til Schuermann in “*What do we know about Loss Given Default*” (2004) refere que quando ocorre um evento de incumprimento, o *LGD* incorpora três tipos de perdas, entre elas, a perda do capital, os custos de manutenção dos *NPLs* (perdas de rendimento de juros/custos de oportunidade) e as despesas de contencioso associadas.

Para a estimação do *LGD* é necessário ter em conta um conjunto de parâmetros e um conjunto de custos. Existem custos diretos que estão relacionados com o pessoal, força de vendas, rede de agências, desenvolvimento de produtos e de mercado, processamentos administrativos e análise de crédito. Mas surgem também custos indiretos, relacionados com atividades paralelas à análise do crédito, como a auditoria, a assessoria jurídica e o desenvolvimento de sistemas de informação.

Por último, existem custos legais ou de recuperação (contencioso), relacionados com todos os processos de recuperação de crédito, de cobranças e custas de advogados. A garantia ou o colateral é também um importante elemento de análise no cálculo do *LGD*, pelo que se torna fulcral a atualização sistemática do valor das garantias associadas aos diferentes créditos em curso.

(Vide Anexo I - Métodos de estimação e cálculo de *LGD*)

Capítulo 3 – Metodologia, Dados e Análise de Resultados

Nesta fase do projeto importa referir a forma de obtenção dos dados de forma a criar uma amostra representativa de toda a população e ainda a metodologia utilizada para tratamento dos dados dessa amostra.

Na sua componente empírica, este projeto segue uma metodologia de pesquisa quantitativa, através da recolha de informações mensuráveis que serão posteriormente analisadas e comentadas.

A análise de resultados encontra-se dividida em duas partes. A primeira tem por base os dados estatísticos presentes na plataforma *on-line* do BdP e a segunda uma amostra construída a partir de uma carteira de crédito de uma instituição financeira com atividade em Portugal.

A partir da plataforma estatística do BdP foram recolhidos dados relativos a empréstimos concedidos ao segmento de clientes particulares e a sociedades não financeiras, no que diz respeito a montantes financiados, rácio de crédito vencido e rácio de crédito reestruturado.

Relativamente à amostra construída a partir da carteira de crédito selecionada, pretendeu-se efetuar uma análise global do segmento de crédito hipotecário concedido a clientes particulares, identificando as principais características da mesma, com vista a apurar a tendência do incumprimento no período temporal compreendido entre 2009 e 2012.

Seguidamente procedeu-se a uma análise crítica das demonstrações financeiras (DFs) da instituição financeira selecionada, no final dos anos de 2009 e 2012, com especial foco na imparidade do crédito, com o intuito de a dar a conhecer detalhadamente os principais efeitos ou consequências do crédito mal parado nos resultados financeiros da mesma, nos dois anos em análise. Para proceder a essa análise utilizamos um multiplicador por forma a encriptar os dados recolhidos, mantendo a confidencialidade dos mesmos.

Empréstimos concedidos

Com recurso à plataforma estatística do BdP, foram extraídos os dados relativos aos empréstimos concedidos pelas IF ao segmento de clientes particulares (famílias) e a empresas (sociedades não financeiras) entre os anos de 2009 e 2012.

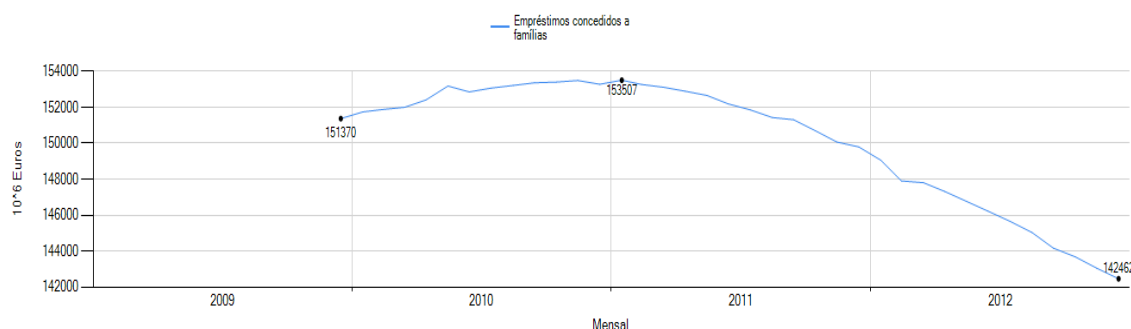


Gráfico 1 – Empréstimos concedidos a famílias

Fonte: BdP

No gráfico 1, no que diz respeito ao crédito concedido às famílias (clientes particulares), constatamos pela análise efetuada que o volume de crédito no período em análise (2009-2012), apesar de ser crescente de 2009 para 2010, torna-se notoriamente decrescente a partir do final do ano de 2010.

Esta diminuição quer em número de empréstimos, quer no seu montante, está diretamente relacionada não só com o necessário processo de desalavancagem das IF, mas também com a diminuição da procura de crédito por parte dos clientes.

A crise económica e financeira que Portugal está a enfrentar, atingiu o seu pico mais crítico em 2011. Durante esse ano foi submetido um pedido de ajuda financeira internacional que de alguma forma contribuiu para a deterioração das condições no mercado de trabalho e consequentemente para a redução do rendimento disponível das famílias.

Este agravamento das condições económicas e financeiras dos clientes conduziu a um considerável aumento dos níveis de incumprimento, fazendo com que as IF assumissem uma estratégia defensiva e pró-ativa, com elevados padrões e critérios de análise da qualidade das suas carteiras de crédito.

Um fator importante que explica também a diminuição da procura do crédito por parte das famílias é o esforço no aumento da poupança privada.

De acordo com dados do Relatório de Estabilidade Financeira do BdP, e com o Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF), publicado pelo INE no ano 2012, percebemos que existem certas situações em que a poupança foi superior ao investimento (situação de capacidade de financiamento).

Assim, grande parte das famílias, tendo em conta as dificuldades financeiras que se anteviam, reuniu esforços financeiros com vista a aumentar a sua capacidade de poupança, para se salvaguardar em situações mais adversas, evitando o recurso adicional ao crédito.

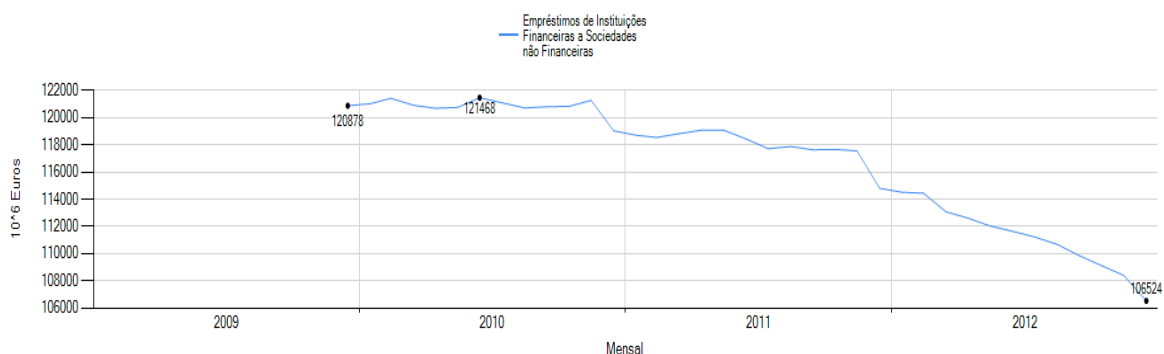


Gráfico 2 – Empréstimos concedidos a Sociedades não Financeiras

Fonte: BdP

O gráfico 2, respeitante a empréstimos concedidos a empresas (sociedades não financeiras) apresenta um comportamento algo semelhante ao caso concreto das famílias. O volume de crédito concedido foi aumentando gradualmente desde 2009, respondendo à necessidade de financiamento e de investimento das empresas portuguesas, registando posteriormente no final do ano de 2010, um decréscimo muito significativo, como reflexo da alteração de políticas de análise de crédito por parte das IF, quando tidos em consideração os *ratings* agravados das respetivas empresas.

O grau de restritividade na concessão de crédito tem vindo a ser cada vez mais acentuado, em particular para o sector da construção, refletindo o elevado risco existente associado ao excessivo crescimento da dívida registado em anos anteriores à recessão. Estas restrições são motivadas pela manutenção das expectativas negativas relativamente à evolução da atividade económica em geral e à inércia no processo de desalavancagem das sociedades não financeiras.

A atividade das empresas registou uma contração significativa e a sua rentabilidade manteve-se baixa. O facto de os juros a pagar serem bastante elevados face aos rendimentos gerados continua a afetar a sua capacidade de autofinanciamento bem como o acesso a financiamento através de fontes externas.

Rácio do crédito Vencido

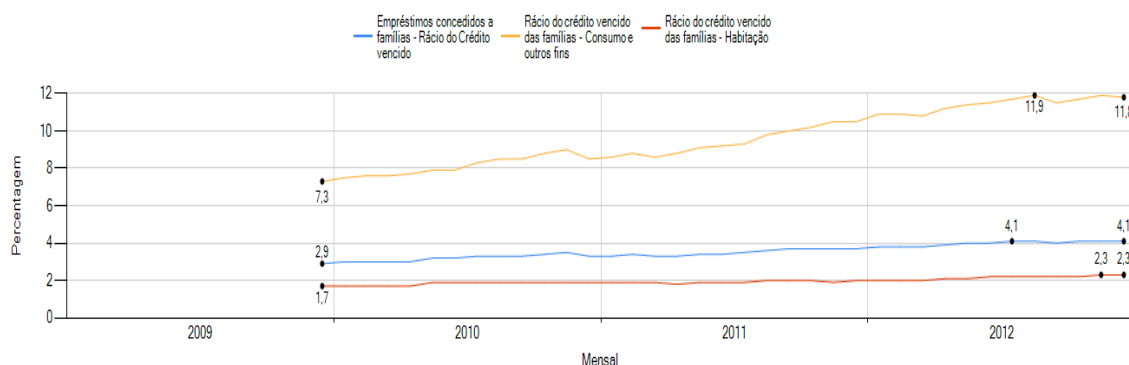


Gráfico 3 – Rácio de crédito vencido - Empréstimos concedidos a famílias

Fonte: BdP

O gráfico 3, respeitante ao rácio de crédito vencido, demonstra uma evolução crescente do incumprimento por parte das famílias.

Ao longo dos 4 anos em análise notamos que o crédito destinado a consumo e outros fins foi aquele que registou maior incidência de valores vencidos, contribuindo negativamente para o rácio de incumprimento das famílias.

No conjunto dos diversos tipos de créditos acima assinalados, registou-se uma subida de 1.2% (de 2,9% para 4,1%) deste rácio entre 2009 e 2012, o que evidencia a degradação da capacidade de reembolso das famílias, associada à crise económica e às medidas de austeridade aplicadas.

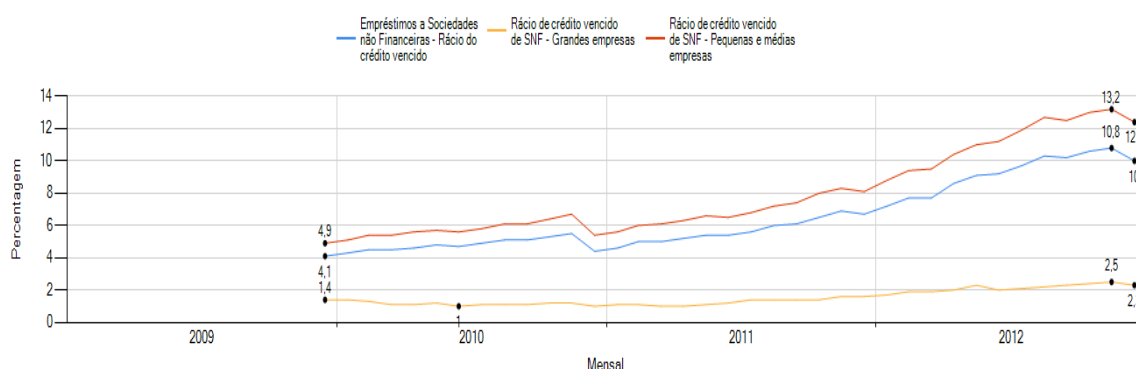


Gráfico 4 – Rácio de crédito vencido - Empréstimos concedidos a Sociedades não Financeiras

Fonte: BdP

O gráfico 4 evidencia uma tendência crescente do rácio de crédito vencido nas empresas, sendo este mais gravoso no que diz respeito a Pequenas e Médias Empresas. No período em análise, este rácio era de 4,9% no final de 2009, passando para 13,2% no final de 2012. Este tipo de empresas apresenta níveis de endividamento muito elevados e rendibilidades contrariamente baixas, o que conduz à quebra dos seus compromissos financeiros, nomeadamente com a Banca.

Os setores da construção, atividades imobiliárias e o comércio foram os que mais contribuíram negativamente para a evolução deste rácio.

As empresas na sua maioria viram o seu volume de negócios decrescer neste período em análise, não gerando o *cash-flow* previsto para o bom cumprimento das suas responsabilidades financeiras quer de curto, quer de longo prazo.

Rácio de Crédito Reestruturado

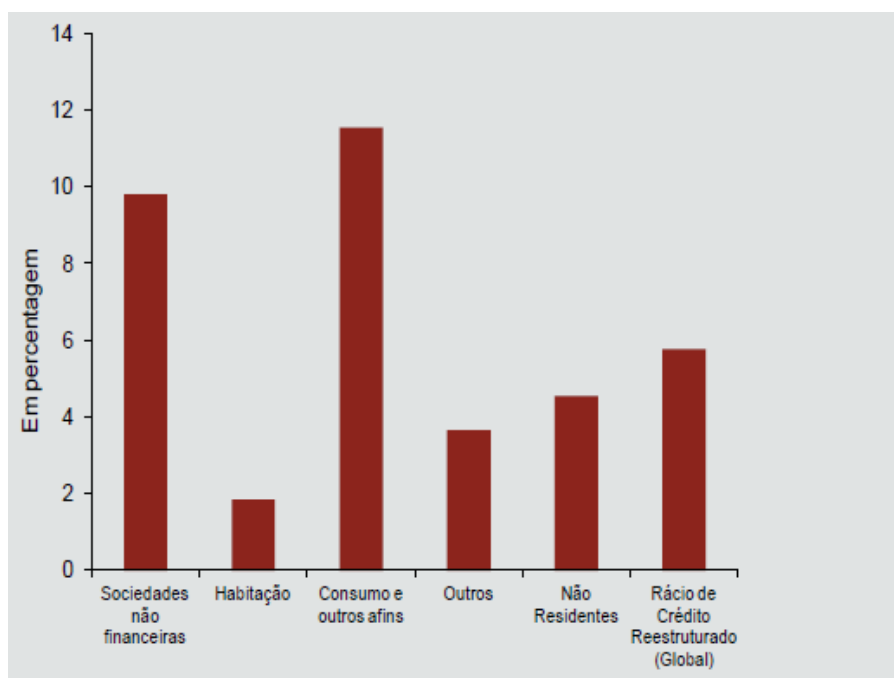


Gráfico 5 – Rácio de crédito reestruturado por segmento (em percentagem do crédito concedido)

Fonte: BdP

Por força da aplicação da Instrução N.º 32/2013 do BdP (vide Anexo I) relativa à marcação de empréstimos que sofreram alterações das condições contratuais devido a dificuldades financeiras dos clientes, as instituições de crédito estão obrigadas a divulgar estes dados ao BdP.

Desta forma, o gráfico 5 inclui uma estatística dos créditos reestruturados por segmento, em percentagem do crédito concedido em Dezembro de 2012, para os oito principais grupos bancários.

Percebemos que as operações de crédito ao consumo e outros fins são as que registam maiores níveis de alterações contratuais, por se tratar de crédito a médio prazo com elevados encargos mensais. Seguidamente os maiores valores são registados no caso das sociedades não financeiras, espelhando a retração da economia portuguesa.

O rácio de crédito reestruturado neste período centrava-se em 5.8% do crédito concedido. Este rácio tem vindo a aumentar cada vez mais como resposta ao aumento do incumprimento bancário.

Segmentação da População e obtenção da Amostra

Com o objetivo de espelhar da melhor forma a problemática em estudo, foi recolhido um conjunto de dados relativos a operações de crédito pertencentes a uma instituição financeira com atividade em Portugal.

Os dados recolhidos não constituem uma amostra da totalidade do crédito concedido, uma vez que incidem apenas sobre o segmento de crédito hipotecário (garantido por hipoteca), concedido a clientes particulares.

Os dados foram recolhidos a 31 de dezembro de 2013, mas apenas incorporam um conjunto de operações de crédito realizadas entre 2002 e 2012.

Este intervalo de tempo de 10 anos contempla alguns dos maiores picos de incumprimento, associados à crise financeira atualmente existente.

Estes dados refletem a diversificação da carteira de crédito da instituição financeira em causa, segmentada entre operações regulares (sem incumprimento), operações vencidas e operações em mora (mais de noventa dias de incumprimento).

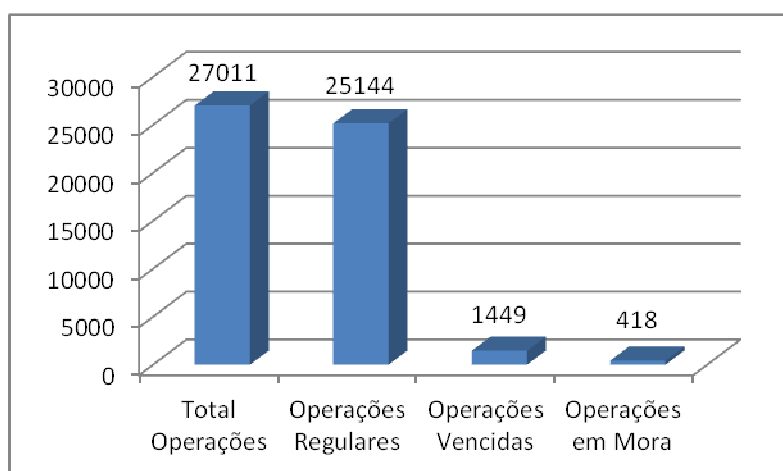


Gráfico 6 – Classificação da Amostra

Fonte: Elaboração própria

A nossa amostra é constituída por 93% de operações regulares, 1,5% de operações morosas e 5% de operações vencidas.

Procedemos a uma análise de estatística descritiva do montante em dívida do conjunto total das operações, para entender se existe alguma correlação entre o total do risco em dívida e o seu potencial incumprimento.

TOTAL DO RISCO €		
	OPERAÇÕES REGULARES	OP. EM INCUMPRIMENTO
MÉDIA	98.000	103.000
MEDIANA	82.720	77.131
MÍNIMO	39,96	183.91
MÁXIMO	1.974.063	1.563.596

Quadro 1 – Estatística da variável " Total do Risco em Dívida"

Fonte: Elaboração própria

Através dos dados acima evidenciados, podemos concluir que as operações que se encontram em incumprimento são aquelas que em termos médios apresentam um valor em dívida mais elevado.

Fomos analisar a tendência do montante contratado por operação ao longo dos anos em análise, calculando a média desse montante por cada ano e constatamos que o mesmo tem sido maioritariamente crescente até 2010, sofrendo a partir desse ano uma ligeira redução, associada à alteração dos critérios de risco de admissão de novo crédito e às dificuldades financeiras dos clientes, agravadas em 2011 pela imposição das medidas de austeridade.

ANO DE CONTRATAÇÃO	MÉDIA DO VALOR CONTRATADO (€)
2002	72.755
2003	80.905
2004	78.851
2005	84.842
2006	87.827
2007	90.007
2008	104.089
2009	106.347
2010	114.485
2011	113.899
2012	106.886

Quadro 2 – Média anual do valor contratado

Fonte: Elaboração própria

Além da contração na aprovação de novos empréstimos (em volume de operações), aqueles que foram aprovados apresentam valores de financiamento bastante inferiores aos montantes verificados nos anos anteriores. Os clientes começaram a adaptar as suas escolhas à sua capacidade de reembolso, originando estas diferenças.

Pela imposição do BdP na atualização dos valores dos imóveis dados em garantia, com uma frequência de três em três anos, as IF estão obrigadas a rever toda a sua carteira de crédito, reportando sempre o valor de garantia atualizado.

Desta forma, tendo presente a atual situação do mercado imobiliário em Portugal, que se encontra em desvalorização, a fotografia das IF no seu todo, foi ficando cada vez mais cinzenta, porque além do crédito mal parado não parar de aumentar, as garantias que as IF pensavam ter como sua proteção, assumem agora uma desvalorizam de tal grandeza que muitas vezes se tornam insuficientes para cobrir a dívida existente.

As conclusões não podem ser baseadas apenas no montante contratado, pelo que fizemos também uma análise ao valor do imóvel dado em garantia nas operações regulares e nas operações em incumprimento e em seguida a sua relação com o risco em dívida, ou seja, o rácio *Loan-to-value*.

VALOR DO IMÓVEL €		
	OPERAÇÕES REGULARES	OP. EM INCUMPRIMENTO
MÉDIA	233.494	258.358
MEDIANA	181.164	189.130
MÍNIMO	6.282	20.000
MÁXIMO	5.779.860	5.851.430

Quadro 3 – Estatística da variável " Valor do Imóvel"

Fonte: Elaboração própria

Pela análise dos dados acima evidenciados (Quadro 3), verificamos que, em termos médios, as operações em incumprimento estão relacionadas com financiamentos de imóveis com um valor de mercado superior aos existentes nas operações regulares, sendo que em ambas as situações estamos perante valores de imóveis algo elevados (superiores a 200.000 euros).

LOAN-TO-VALUE %		
	OPERACOES REGULARES	OP. EM INCUMPRIMENTO
MÉDIA	47	45
MEDIANA	45	43
MÍNIMO	10	10
MÁXIMO	100	100

Quadro 4 – Estatística da variável " *Loan-to-value*"

Fonte: Elaboração própria

O *LTV* (*Loan-to-value*) é um importante indicador do risco de cada operação, medindo o conforto existente entre o montante em dívida e a garantia real associada. Uma vez que a garantia real consta do denominador, quanto menor for o rácio, melhor será a posição da instituição financeira em caso de potencial incumprimento.

O quadro 4 apresenta os *LTVs* médios, mínimos e máximos das operações ao abrigo deste estudo, diferenciados por operações regulares e em incumprimento.

Percebemos que a instituição financeira em análise se encontra numa posição confortável em termos de risco, uma vez que, em termos médios, tanto nas operações regulares como nas operações em incumprimento, as garantias reais cobrem essencialmente duas vezes a totalidade da dívida (*LTV* de aproximadamente 50%).

LTV DA CARTEIRA	
INTERVALO DO RÁCIO	DECOMPOSIÇÃO
<0.50 %	57 %
0.50 <0.75 %	24 %
0.75 <100 %	18 %
>= 100 %	1 %

Quadro 5 – Decomposição da Carteira por *LTV*

Fonte: Elaboração própria

Segundo os valores do quadro 5, cerca de 60% das operações em análise apresentam um *LTV* inferior a 50%. Sendo que em termos de risco de crédito, uma operação é considerada de alguma forma viável quando apresenta um *LTV* inferior a 75%, podemos afirmar que os critérios de admissão de risco aplicados na concessão de crédito têm sido rigorosos, mantendo uma boa qualidade de risco da carteira.

Com a desvalorização crescente dos imóveis em Portugal, as IF não podem ser demasiado flexíveis e devem manter estes critérios de forma a salvaguardarem potenciais problemas.

SCORING	
DECISÃO DO ALGORITMO	OPERAÇÕES VENCIDAS OU EM MORA
Conceder	5 %
Duvidoso	6 %
Rejeitar	11 %

Quadro 6 – Eficácia do modelo de *Scoring*

Fonte: Elaboração própria

Com o objetivo de testar a eficácia da ferramenta de avaliação de risco interna (*Scoring*) da instituição financeira em estudo, fomos analisar a carteira de crédito tendo como base de partida a decisão de *Scoring* original de cada operação e seguidamente a percentagem de operações vencidas em cada um desses universos.

Pela análise do Quadro 6, percebemos que ao existirem ainda cerca de 5% de operações em incumprimento, cujo resultado do *Scoring* era “Conceder”, que a IF deveria ajustar ou afinar os critérios utilizados no modelo interno de *Scoring*, analisando as razões de problemas passados, por forma a minimizar potenciais incumprimentos futuros.

Os modelos internos de risco, ou *Scoring*, são cada vez mais uma ferramenta fulcral para uma correta avaliação e consequente seleção do risco de crédito.

Para percebermos a evolução da situação financeira dos clientes estritamente relacionada com o atual estado da economia em Portugal, elaboramos uma estatística que tem em conta o tempo médio existente entre a contratação de uma operação de crédito com garantia hipotecária e o registo do seu primeiro incumprimento.

ANO DE CONTRATAÇÃO	TEMPO MÉDIO (ANOS) ATÉ À PRIMEIRA INCIDÊNCIA
2002	3
2003	2
2004	2
2005	2
2006	2
2007	2
2008	2
2009	2
2010	1
2011	1
2012	1

Quadro 7 – Tempo médio até à primeira incidência

Fonte: Elaboração própria

A análise do quadro 7 permite-nos concluir que ao longo dos anos as dificuldades dos clientes têm vindo a agravar-se, porque se inicialmente uma operação permanecia saudável durante os três primeiros anos, a partir do ano de 2010 decorre apenas um ano desde que a operação é contratada até começar a assinalar atrasos.

Esta situação remete mais uma vez para a necessidade das IF efetuarem uma análise proactiva do comportamento dos seus clientes, avaliando cuidadosamente todos os potenciais sinais de alerta que antecedem um incumprimento nas operações de crédito.

Impacto nas Demonstrações Financeiras

Com o intuito de espelhar os efeitos negativos do crédito mal parado, fomos comparar as demonstrações financeiras de uma instituição financeira com atividade em Portugal, analisando os seus principais indicadores no final do ano 2009 e 2012, incorporando assim os períodos de maiores alterações ao nível da qualidade do crédito.

Analisámos os Balanços para conhecer o *stock* de imparidade acumulado e seguidamente as Demonstrações de Resultados em conjunto com os Anexos às mesmas, para entender a existência de um reforço ou anulação de imparidade no decorrer desse ano (no caso de aumento de incumprimento e/ou no caso de recuperação de valores vencidos).

SALDOS EM 31-01-2008 (U.M.)	REFORÇOS (U.M.)	REPOSICOES E ANULACOES (U.M.)	SALDOS EM 31-12-2009 (U.M.)
90.341	72.914	37.406	122.250

Quadro 8 – O movimento de Imparidade ocorrido durante o exercício de 2009, expresso em Unidades Monetárias (U.M)

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao ano de 2009, primeiro ano após a instalação da atual crise financeira, constatámos que a instituição financeira em causa se viu obrigada a reforçar a imparidade do crédito em cerca de oitenta por cento, devido aos inúmeros novos casos de créditos vencidos e de difícil recuperação. Contudo, devido à prática cada vez maior da reestruturação desses créditos, conseguiu repor ou anular cerca de quarenta por cento do saldo de imparidade registado no final do ano de 2008. O resultado deste reforço conjugado com as anulações, significou uma correção do valor de imparidade (custo) com impacto direto na conta de resultados dessa instituição financeira.

Este valor (correções de valor associadas ao crédito a clientes) foi de cerca de vinte por cento do total dos custos desse ano de atividade, contribuindo negativamente para o resultado líquido do exercício.

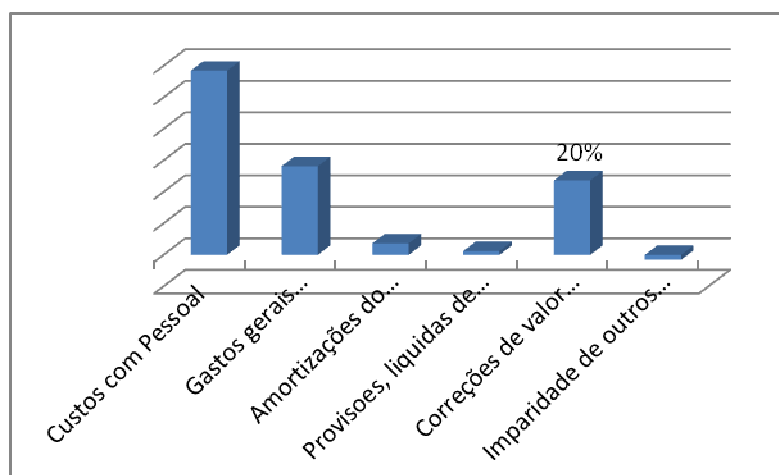


Gráfico 7 – Peso do saldo de Imparidade no total dos custos incorridos no exercício 2009

Fonte: Elaboração própria

No ano de 2012, apesar da utilização de critérios de admissão mais rigorosos e do foco na gestão do crédito vencido e na reestruturação da dívida, repetiu-se a necessidade de um reforço de imparidade ao saldo do ano de 2011, novamente de cerca de oitenta por cento. A reestruturação de créditos e consequente recuperação de montantes vencidos significou uma anulação de cerca de quarenta por cento no saldo de imparidade do ano anterior.

SALDOS EM 31-01-2011 (U.M)	REFORÇOS (U.M)	REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES (U.M)	SALDOS EM 31-12-2012 (U.M)
232.071	193.974	86.468	338.420

Quadro 9 – O movimento de Imparidade ocorrido durante o exercício de 2012, expresso em Unidades Monetárias (U.M)

Fonte: Elaboração própria

No final do ano de 2012 a imparidade do crédito a clientes (correções de valor associadas ao crédito a clientes) significou cerca de quarenta e seis por cento do total dos custos incorridos nesse ano de atividade da instituição financeira.

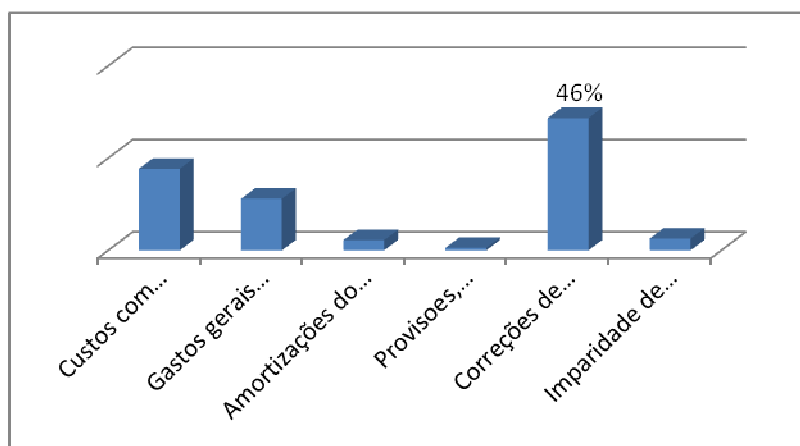


Gráfico 8 – Peso do saldo de Imparidade no total dos custos incorridos no exercício 2012

Fonte: Elaboração própria

Assistimos a uma clara degradação dos montantes relativos a imparidade do crédito a clientes na análise de 2009 para 2012.

Assim, pela análise acima referida, fica evidente o peso da imparidade no resultado líquido das IF em consequência da existência de crédito vencido.

Capítulo 4 - Conclusões, Contributos, Limitações e Investigação Futura

Nos últimos anos assistimos a ciclos económicos diversos com períodos de tempo diferenciados que inicialmente eram acompanhados por grandes investimentos e estratégias de crescimento arrojadas mas que são agora substituídos por períodos de declínio e de estagnação económica.

A economia e todo o sistema financeiro em que vivemos atualmente são caracterizados por uma complexidade e um dinamismo cada vez maiores, gerando entre os seus *players* um clima de incerteza e de difícil previsibilidade que suscita a necessidade de melhor informação, em tempo útil, para a tomada de decisão nas IF.

Atinge-se hoje uma situação de endividamento grave que afeta todos os segmentos de clientes das IF, quer individuais, quer empresas.

Ao longo deste projeto, pretendeu-se evidenciar a importância da gestão do risco de crédito para as IF e identificar os desafios que se colocam a esse respeito, tendo em conta uma criteriosa seleção do crédito concedido e a crescente importância de uma correta gestão da carteira de crédito vencida.

Percebemos que os problemas do aumento do incumprimento estão relacionados não apenas com fatores macroeconómicos e do próprio devedor, mas também com fatores específicos das IF, como as suas políticas, estratégias de crescimento e de redução de custos.

As IF necessitam de estar preparadas para antecipar os problemas, reconhecendo os principais indícios que têm lugar antes do incumprimento e apostando na melhoria contínua dos seus sistemas internos de *rating*. Tendo em conta esta necessidade, o Acordo de Basileia II veio implementar algumas medidas prudenciais relativas à análise do risco de crédito para minimizar os potenciais problemas de incumprimento nas IF, definindo a metodologia *standard* e a baseada em *ratings* internos.

Com o aparecimento do novo rácio instituído pelo BdP, o rácio de crédito em risco, as IF vêm agora a sua situação de crédito mais exposta, uma vez o mesmo incorpora não apenas créditos vencidos mas também créditos com potenciais problemas ou indícios de incumprimento. Este conjunto de créditos problemáticos representa um peso pesado no que diz respeito a reforço de provisões e de imparidade que se vai traduzir em custos do exercício, com penalizações diretas sobre a conta de resultados.

Com base na literatura escolhida percebemos que sendo o foco central das IF estancar o crédito vencido, é necessário não só agir proactivamente na seleção do risco, mas também apostar na reestruturação de crédito para colmatar os problemas já existentes, sendo que a venda da carteira problemática deverá ser sempre a última solução a recorrer. A reestruturação de crédito é hoje uma função independente existente em todas as IF, apostando em pessoas experientes na análise de crédito com o intuito de encontrar a melhor solução para cada cliente, com o menor impacto para

a IF. O principal objetivo é agir antes de os créditos atingirem os noventa dias de incumprimento, modificando determinadas condições pré-contratadas, possibilitando a retoma do normal pagamento da dívida. Atualmente, a função de reestruturação de crédito já engloba a análise de créditos que nunca apresentaram qualquer tipo de incumprimento, mas que evidenciavam indícios potenciais de incumprimento futuro. O BdP instituiu recentemente três diferentes procedimentos de gestão de incumprimento que regulam o tipo de ações a serem tomadas pelas IF mediante a gravidade do problema encontrado.

Para aferir a importância da gestão da carteira de crédito vencida com o suporte de dados reais e ilustrativos, decidimos recorrer a uma análise global dos dados disponibilizados pela entidade reguladora e supervisora das IF (BdP) e seguidamente analisar uma carteira concreta de uma IF com atividade em Portugal.

Da análise feita aos dados do BdP, concluímos que o volume de crédito concedido pelas IF às famílias e às empresas tem vindo a diminuir gradualmente a partir do ano de 2010, evidenciando o necessário processo de desalavancagem das IF, e a diminuição da procura de crédito por parte dos clientes.

O crédito vencido nas famílias tem sido crescente ao longo dos anos, sendo mais notória essa degradação no crédito ao consumo e outros fins. Nas empresas o rácio de crédito vencido apresenta a mesma tendência, evidenciando os setores da construção, atividades imobiliárias e comércio como os mais prejudiciais para a evolução deste rácio.

Quanto ao rácio de crédito reestruturado, concluímos que as IF estão a apostar cada vez mais nesta solução, a reestruturação, como resposta ao aumento do incumprimento. Trata-se de uma estratégia alargada a todo o tipo de produtos e clientes, não só focada no crédito hipotecário mas também em operações de crédito a médio prazo que apresentam geralmente encargos mensais bastante elevados.

O nosso estudo particular feito a partir de uma carteira de crédito de uma instituição financeira com atividade em Portugal, baseado em crédito a particulares com garantia real associada, veio reforçar algumas conclusões anteriores.

Concluímos que existe uma correlação entre o total do risco em dívida e o seu potencial incumprimento, sendo que as operações em incumprimento são aquelas que apresentam um valor em dívida mais elevado.

Por sua vez o montante contratado por operação tem vindo a diminuir ao longo dos anos, em especial a partir do ano de 2010, demonstrando a alteração dos critérios de aprovação dos créditos por parte das IF, mas também as crescentes dificuldades financeiras dos clientes, agravadas pela imposição das medidas de austeridade decorrentes do programa de apoio financeiro ao país.

Analisando o valor do imóvel dado em garantia das operações de crédito, concluímos que as operações em incumprimento estão maioritariamente relacionadas com a aquisição de imóveis de elevado valor de mercado, isto é, acima de duzentos mil euros.

Para avaliar a eficácia das ferramentas de avaliação de risco interno, como o caso do *Scoring*, é interessante analisar o volume de operações vencidas que tiveram inicialmente uma decisão de *Scoring* “Conceder” e perceber qual a margem de erro dessas mesmas decisões da ferramenta.

As últimas conclusões retiradas do estudo particular realizado são que numa fase inicial, uma operação levaria em média três anos desde a sua contratação até ao registo do seu primeiro incumprimento, mas que atualmente essa média é de apenas um ano.

Mais uma vez percebemos que a análise de casos de incumprimento passados, de anos anteriores e a percepção do seu motivo, aliada à deteção antecipada de indícios de incumprimento futuro, são fulcrais para uma correta gestão da carteira de crédito das IF.

O aumento do crédito vencido está inevitavelmente ligado a um reforço de provisões e de imparidades do crédito. Pela análise das DFs do caso particular que analisámos neste projeto, confirmámos a necessidade das IF reconhecerem valores de imparidade superiores ao ano anterior, devido ao aumento crescente de casos de incumprimento. Concluímos que a imparidade assume um grande peso nas contas de resultados de qualquer instituição financeira, chegando a ser algumas vezes superior à rubrica de custos com o pessoal, o que nos remete para a extrema necessidade de reverter toda esta problemática.

Pela análise das DFs e dos anexos às mesmas, concluímos ainda que apesar dos níveis de imparidade terem vindo a aumentar, que a reestruturação e a recuperação dos créditos vencidos é o caminho a seguir, contribuindo para reduzir positivamente estes saldos de imparidade.

Durante a realização deste projeto enfrentámos algumas limitações no que diz respeito à obtenção de dados necessários à construção da nossa amostra, uma vez que apenas nos foi disponibilizada informação relativa a créditos com garantia hipotecária no segmento de clientes particulares, não espelhando toda a realidade da carteira de crédito.

Relativamente a trabalhos futuros, existe a possibilidade de se voltar a fazer um estudo de outra carteira de crédito de uma determinada instituição financeira, tendo em conta o final do programa de apoio financeiro ao país em conjunto com a implementação de Basileia III, comparando as DFs desse final de exercício com as de anos anteriores.

Bibliografia

- Asarnow, E., & Edwards, D. (1995). Measuring loss on defaulted bank loans: a 24-year study. *The Journal of Commercial Lending*.
- Basel Committee on Banking Supervision. (2000).
- Bastos, J. A. (Setembro de 2009). *Forecasting bank loans loss-given-default*. Lisboa: Center for Applied Mathematics and Economics (CEMAPRE).
- Berger, A., & DeYoung, R. (1997). Problem loans and cost efficiency in commercial banks. *Journal of Banking and Finance*, 849-870.
- Bessis, J. (2009). *Risk Management in Banking*. França: John Wiley & Sons.
- Breuer, J. B. (2006). Problem bank loans, conflicts of interest and institutions. *Journal of Financial Stability*.
- Carey, M. (1998). Credit risk in private debt portfolios. *Journal of Finance*, 1363-1387.
- (s.d.). Credit Risk Management. Global Association of Risk Professionals .
- (2013). *Definition of market under Article 330(3) of the Capital Requirements Regulation (CRR)*. European Banking Authority.
- Dermine, J., & Carvalho, C. N. (2005). Bank loan losses-given-default: A case study. *Journal of Banking and Finance*, 1219-1243.
- Fazenda, N. M. (2008). *Determinantes do "Default" no Crédito Habitação Hipotecário*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Flannery, M. J., & James, C. M. (1984). The Effect of Interest Rate Changes on the Common Stock Returns of Financial Institutions. *The Journal of Finance*, 1141-1153.
- Freitas, E. C. (2005). *Impacto do Novo Acordo de Basileia Sobre o Financiamento das Empresas em Portugal*. Lisboa: ISEG.
- Gestão e Recuperação de Crédito. (2010). (pp. 1-27). Lisboa: IFB Associação Portuguesa de Bancos.
- Giesecke, K. (2002). Credit Risk Modeling and Valuation: An introduction.
- Gürtler, M., & Hibbeln, M. (2013). Improvements in loss given default forecasts for bank loans. *Journal of Banking & Finance*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Inquérito às despesas das famílias (IDEF)*. Lisboa.
- J. Dermine, C. N. (2007). Bank loan-loss provisioning, central bank rules vs. estimation: The case of Portugal. *Journal of Financial Stability*.

- Jiménez, G., & Saurina, J. (2003). Collateral, type of lender and relationship banking as determinants of credit risk. *Journal of Banking & Finance*.
- Jobst, A. A. (2007). The treatment of operational risk under the New Basel framework: Critical issues. *Journal of Banking Regulation*.
- Laureano, R. M., & Soares, H. M. (2008). *Crédito a Habitação*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Lawrence, E. (1995). Default and the life cycle model. *Journal of Money, Credit and Banking*, 939-954.
- Lipman, F. D. (2012). From Enron To Lehman Brothers. *Director Notes*.
- Louzis, D. P., Vouldis, A. T., & Metaxas, V. L. (2010). Macroeconomic and bank-specific determinants of non-performing loans in Greece: A comparative study of mortgage, business and consumer loan portfolios. *Journal of Banking & Finance*, 1012-1027.
- Martins, E. S. (2006). *Risco de Crédito no Sistema Bancário Português*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Nunes, H. I. (2010). *Crédito*. Porto: IFB Associação Portuguesa de Bancos.
- PriceWaterHouseCoopers. (2006). *O novo acordo de Basileia*. Lisboa: IAPMEI.
- R.Roberts, M., & Sufi, A. (2008). Renegotiation of financial contracts: Evidence from private credit agreements. *Journal of Financial Economics*.
- Reinhart, C., & Rogoff, K. (2010). *From Financial Crash to debt Crisis*. Cambridge: NBER Working Papers.
- (2013). *Relatório de Estabilidade Financeira*. Lisboa: Banco de Portugal.
- Rinaldi, L., & Sanchis-Arellano, A. (2006). *Household Debt Sustainability: What Explains Household Non-performing Loans? An Empirical Analysis*. Frankfurt: European Central Bank.
- Salas, V., & Saurina, J. (2002). Credit risk in two institutional regimes: Spanish commercial and savings banks. *Journal of Financial Services Research*, 203-224.
- Santos, V. L. (2010). *Modelação do Risco de Crédito, no contexto do Acordo Basileia II - A Prática do Mercado Português*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Schuermann, T. (2004). *What do we know about Loss Given Default?* New York: Wharton.
- Schwarcz, S. L. (2008). Systemic Risk.
- Servigny, A. d., & Renault, O. (2004). *Measuring and Managing Credit Risk*. McGraw-Hill.
- Uberti, P., & Figini, S. (2009). How to measure single-name credit risk concentrations. *European Journal of Operational Research*.

Anexo I

Procedimentos de Gestão de Incumprimento definidos pelo BdP

Foi definido pelo órgão de supervisão um conjunto de três diferentes planos que todas as IF devem apresentar e cumprir na íntegra.

O primeiro é o Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI) regido pelo Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro.

Este plano requer que quando algum cliente alertar a instituição financeira para o risco de poder vir a incumprir, seja qual for o motivo desse potencial incumprimento, que a instituição financeira entregue ao mesmo um documento que o informe dos seus direitos e deveres. A instituição financeira deverá seguidamente proceder a uma cuidadosa avaliação da sua capacidade financeira e caso seja verificado que existem meios para evitar o futuro incumprimento, deverá propor-lhe soluções adequadas a sua capacidade financeira naquele momento.

O Segundo é o Procedimento Extrajudicial de regularização de Situações de Incumprimento (PERSI) regido pelo Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro.

Todos os clientes bancários que estejam em atraso no cumprimento dos seus contratos de crédito, têm direito a serem integrados neste procedimento.

O PERSI aplica-se assim a maioria dos contratos de crédito celebrados com clientes particulares, não dependendo de quaisquer condições de acesso nem de pedido apresentado pelos mesmos, podendo estes no entanto fazê-lo. Aqui os clientes têm o mesmo direito de recebimento do documento informando-os dos seus direitos e deveres no âmbito deste procedimento.

A instituição financeira deverá proceder a avaliação da sua capacidade financeira e posteriormente apresentar uma ou mais propostas de reestruturação adequadas a sua situação financeira.

Durante todo o processo de negociação, a lei oferece ao devedor um conjunto de garantias, entre as quais se encontram a impossibilidade por parte da instituição financeira em proceder a resolução do contrato de crédito e em promover ações judiciais contra o mesmo.

O último plano diz respeito aos clientes que apresentam uma situação económica muito difícil, com atraso nas prestações do seu crédito à habitação, podendo estes beneficiar, no caso de cumprimento de diversas condições de acesso, de um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação, regido pela Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro.

A integração neste regime está condicionada a apresentação de um requerimento por parte do cliente à instituição financeira, que ao ser validado, permitirá que o crédito à habitação em incumprimento seja alvo de reestruturação, se a condição financeira do

devedor assim o permitir. Este regime prevê a tomada de medidas excepcionais, das quais pode resultar o perdão parcial ou mesmo total da dívida.

As IF encontram-se também impossibilitadas de proceder à execução da hipoteca da habitação.

Com a criação deste conjunto de planos, tanto o cliente como as IF ficam submetidos a um conjunto de direitos e deveres que devem ser cumpridos.

Por um lado, o cliente deverá gerir sempre as suas responsabilidades de crédito de uma forma responsável, alertando sempre as IF para um eventual risco de incumprimento e disponibilizando às mesmas todas as informações e documentos necessários para a análise da sua capacidade financeira. Por outro lado, as IF terão que acompanhar sistematicamente os contratos de crédito em curso, detetar eventuais indícios ou problemas e após a respetiva análise financeira, encontrar a melhor solução para cada tipo de cliente.

O BdP estabeleceu ainda a criação de uma rede de apoio a clientes bancários no âmbito da prevenção e na regularização extrajudicial das situações de incumprimento, a Rede de Apoio ao Consumidor Endividado (RACE).

Num processo de reestruturação de crédito as IF têm disponível um conjunto muito variado de soluções que podem ser implementadas aos contratos de crédito existentes, permitindo ao cliente a retoma do seu normal cumprimento do serviço da dívida.

INSTRUÇÃO N.º 32/2013 – (BO n.º 1, 15.01.2014)

Temas SUPERVISÃO

Normas Prudenciais

ASSUNTO: Identificação e marcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente

Considerando o interesse da identificação das situações de reestruturação de créditos não apenas para o reforço da objetividade da informação de natureza prudencial, mas também enquanto elemento de apoio à tomada de decisões em matéria de gestão do risco de crédito, o Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 116.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, determina o seguinte:

1. A presente instrução é aplicável, em base individual, às instituições de crédito e às sociedades financeiras, na medida em que concedam crédito, bem como às sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede em países não pertencentes à União Europeia, doravante designadas por “instituições”.
2. As entidades responsáveis pela prestação da informação em base consolidada ao Banco de Portugal e cujo grupo financeiro inclua, pelo menos, uma instituição de crédito com sede em Portugal, devem assegurar a aplicação dos critérios previstos na presente Instrução, com as necessárias adaptações, relativamente a todas as instituições de crédito que integram esse grupo financeiro.
3. As instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos, devendo para o efeito apor a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.
4. Para efeitos do número anterior, considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer, tomando em consideração, designadamente, os seguintes indícios relativamente a esse cliente ou a qualquer entidade do grupo a que pertence esse cliente:
 - a) Incumprimentos registados na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal nos últimos 12 meses;
 - b) Inserção na lista de utilizadores de cheque que oferecem risco;

- c) Utilização de operações de crédito renováveis, designadamente contas correntes e descobertos, em, pelo menos, 95% do limite inicialmente autorizado pela instituição ao longo de um período consecutivo mínimo de 12 meses;
 - d) Ativação de níveis internos de alerta, designadamente em virtude da degradação significativa da classificação interna de risco;
 - e) Aumento do nível de cobertura por imparidades ou reconhecimento de perda económica;
 - f) Entrega de ativos em dação em pagamento;
 - g) Incidências qualitativas como sejam a existência de dívidas fiscais e/ou à segurança social, interpelação de garantias bancárias, expectativa de insolvência, processos judiciais e situações litigiosas, salários em atraso, penhora de contas bancárias, alterações ao pacto social com impacto na capacidade de gestão, ausência de documentos contabilísticos cuja data de referência tenha antiguidade inferior a 18 meses, violação de contratos celebrados com a instituição.
5. Para efeitos do disposto no n.º 3, considera-se existir uma modificação aos termos e condições do contrato de crédito sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações:
- a) Alteração dos respetivos termos e condições contratuais em benefício do cliente, de modo a aumentar a capacidade de pagamento da dívida existente, designadamente através de alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital, alteração da periodicidade do pagamento de juros e do reembolso de capital e/ou reescalonamento do serviço de dívida;
 - b) Contratação de nova operação de crédito ou de novas facilidades de crédito, pela instituição ou por entidade pertence ao grupo financeiro em que a instituição se integra, que beneficie o cliente ou pessoa que integre o mesmo grupo económico do cliente, para liquidação (total ou parcial) da dívida existente, considerando-se evidência suficiente da mesma a concessão de novas operações em data próxima à da liquidação da dívida inicial. Neste caso, tanto a nova operação de crédito como aquela que tenha sido alvo de liquidação parcial devem ser marcadas como crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente;
 - c) Os novos termos e condições do contrato de crédito sejam mais favoráveis que os aplicados a outros clientes com igual perfil de risco.
6. Adicionalmente uma operação de crédito deve ser marcada como crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente sempre que se verifique,

- pelo menos, uma das seguintes circunstâncias no momento da modificação dos respetivos termos e condições do contrato de crédito:
- a) A operação de crédito esteja classificada como crédito em risco ou fosse provável que viesse a ser classificada como crédito em risco caso as modificações aos termos e condições do contrato de crédito não tivessem ocorrido;
 - b) O cliente tenha alguma operação de crédito classificada como crédito em risco;
 - c) A operação de crédito tenha estado total ou parcialmente vencida por mais de 30 dias, pelo menos, uma vez durante os três meses anteriores à modificação aos termos e condições do contrato de crédito;
 - d) O cliente entregue ativos em dação em pagamento;
 - e) O cliente beneficie de perdão parcial de dívida (capital e juros).
7. A identificação e marcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente, nos sistemas de informação da instituição, devem incluir os campos de informação necessários, nomeadamente datas e ligações entre operações, que permitam que essa menção possa ser utilizada, designadamente, para efeitos de gestão do risco de crédito, de determinação de imparidade, de reportes sobre a carteira do crédito e do cumprimento de outros requisitos prudenciais.
8. A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:
- a) Pagamento regular de prestações de capital durante esse período, num valor cumulativo equivalente a, pelo menos, metade do montante de capital que seria devido se fosse aplicado um plano de pagamento de prestações constantes. No caso de operações de crédito renováveis deve verificar-se uma redução da sua utilização para um nível médio inferior a 70% do limite que estava autorizado pela instituição no momento da sua reestruturação, durante um período de 3 meses;
 - b) Inexistência de qualquer prestação vencida de capital ou juros, por período superior a 30 dias, relativamente a qualquer operação de crédito do cliente;
 - c) Não ter havido qualquer recurso a mecanismos de reestruturação da dívida por parte do cliente, nesse período.
9. Caso ocorra uma nova operação de reestruturação de um crédito que já esteja marcado como reestruturado por dificuldades financeiras do cliente, a contagem dos prazos referidos no n.º 8 é reiniciada a partir da data da última

reestruturação, sem prejuízo da manutenção, nos sistemas de informação da instituição, do registo das datas e ligações entre as operações abrangidas.

10. O Banco de Portugal pode avaliar, numa base casuística, as operações de reestruturação que pelas suas características não se enquadrem nos critérios previstos na presente instrução e determinar a sua marcação e as condições previstas à desmarcação dos créditos em causa, de modo a assegurar uma paridade de tratamento com outras operações que, em substância, sejam consideradas similares.
11. O registo da marcação como crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente deve ser mantido nos sistemas de informação durante um período mínimo de cinco anos após a sua desmarcação.
12. Sempre que as instituições publiquem informação sobre a qualidade do crédito, devem incluir a divulgação dos seguintes indicadores:

Crédito reestruturado

Crédito total

Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco

Crédito total

Em que:

- Crédito reestruturado corresponde ao valor total em dívida dos créditos que tenham sido identificados como crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente;
- Crédito total corresponde à definição constante da Instrução nº 22/2011 referente ao reporte da informação sobre crédito em risco;
- Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco corresponde ao valor total em dívida dos créditos que tenham sido identificados como crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente com exceção do crédito reestruturado incluído no conceito de crédito em risco constante da Instrução nº 22/2011.

13. As instituições referidas no n.º 1 devem assegurar a divulgação prevista no número anterior com base na sua situação financeira consolidada.
14. É revogada a Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2012, de 15 de maio.
15. A presente instrução entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2013, devendo as instituições assegurar com referência a essa data a identificação e marcação

dos créditos desmarcados ao abrigo do disposto na Instrução n.º 18/2012 que não cumpram os critérios de desmarcação previstos na presente Instrução.

Métodos de estimação e cálculo de LGD

Existem diversos estudos que recaem sobre diferentes métodos de estimação e cálculo do LGD. Til Schuermann in “What do we know about Loss Given Default” (2004) enuncia o “*Market LGD*”, o “*Implied Market LGD*” e o “*Workout LGD*”.

O “*Market LGD*”, tem em linha de conta a observação dos preços de mercado das obrigações em *Default* e de empréstimos negociáveis após o evento de perda.

O “*Implied Market LGD*” tem em consideração preços de obrigações de elevado risco, mas ainda sem registo de evento de perda, através de um modelo teórico de preços de ativos (*asset pricing model*).

O método mais comum é o “*Workout LGD*” na qual as estimativas são baseadas em informação histórica observada pela instituição de crédito, descontando os *cash-flows* observados durante o processo de recuperação nos contratos que já tenham registado algum evento de perda ou incumprimento. Aqui, a experiência de concessão de crédito e a consequente disponibilidade de dados históricos são fundamentais.

Em *portfolios* com baixas taxas de incumprimento não existe informação histórica suficiente para fazer uma estimativa de confiança utilizando o método “*Workout LGD*”, pelo que as instituições financeiras são obrigadas a utilizar também fontes externas de informação para obter um LGD representativo.

As estimativas do LGD são realizadas através de operações de segmentação de acordo com diversos fatores que são relevantes para o seu cálculo, tais como o período de incumprimento, sazonalidade, o LTV (*Loan to value ratio*), o tipo de cliente e o respetivo *rating*.

O cálculo é efetuado através da análise estatística do valor de recuperação da dívida num determinado mês face ao valor da dívida dos clientes ou operações que entraram em *default*.

O valor de recuperação é obtido através da observação direta da entrada do *cash-flow* ou saída, no caso de custos associados ao processo ou através de estimativas de recuperação, disponibilizadas pela instituição financeira.

É importante referir que o LGD difere bastante em função do ciclo da economia.